



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 57

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE SUA ALTEZA IMPERIAL, O PRINCIPE HERDEIRO DO JAPÃO

O Presidente do Senado Federal de acordo com o dispositivo no art. 1.º, §§ 1.º e 2.º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, às quinze horas e trinta

minutos, do dia 23 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente a visita de sua Alteza Imperial, o Príncipe Akihito, herdeiro do trono japonês.

Senado Federal, 9 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 45.848-64 para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo, tornando-se definitivo o ato praticado em 17 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 146, de 11 de agosto de 1963, do Ministro da Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida"

Art. 1º É mantida a decisão, de 19 de março de 1954, do Tribunal de Contas referente ao termo, de 16 de fevereiro de 1954, de rescisão do contrato celebrado, em 25 de setembro de 1950, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida", para o desempenho, no Instituto Agrônomo do Norte, da função de Assistente da Seção de Química.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebianno"

Art. 1º É mantida a decisão, de 23 de agosto de 1955, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos

do Brasil e Guilherme Tell Bebianno", para o desempenho, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dependência do Serviço Florestal em Teresópolis, da função de médico.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de termo, de 14 de dezembro de 1953, aditivo a contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch"

Art. 1º É mantida a decisão, de 13 de março de 1956, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do termo, de 14 de dezembro de 1953, aditivo ao contrato celebrado, em 5 de maio de 1954, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch", para o desempenho, na Diretoria do Ensino Industrial, da função de Técnico em Artes Gráficas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1967

Mantém decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70.542-63, de interesse da firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda.

Art. 1º É mantida a decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70.542-63 e que se refere ao pagamento da despesa de NCr\$ 365,00 trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros novos) à firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda., pelo fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura, para o fim de tornar sem efeito o ato, de 6 de abril de 1967, praticado em virtude de autorização do Presidente da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 2º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução do contrato de empréstimo celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo.

Art. 1º É mantida a decisão, de 18 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colação de "Letras do Tesouro", no valor de NCR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

ATA DA 64ª SESSÃO, EM 17
DE MAIO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA
ANDRADE, VITORINO FREIRE E
RAUL GIUBERTI.

As 14,30 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clóvis Maia
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Manoel Villaça
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondim
João Cleofas
Leandro Maciel
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Raul Giuberti
Paulo Tórres
Vasconcelos Tórres
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Atílio Fontana
Guido Mondim
Guido Mondim. — 30.

Abertura em 17.5.67, às 14,30 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Em 16 de maio de 1967

Comunicação de Eleição e Posse

Da Mesa da Câmara Municipal de Kapuri, AC;

do Vice-Prefeito de São Sebastião da Boa Vista, PA;

da Mesa da Câmara Municipal de Buriti, MA;

da Mesa da Câmara Municipal de Olho d'Água das Cunhãs, MA;

do Prefeito Municipal de Barreiras, PI;

do Prefeito Municipal de Fortaleza, CE;
do Prefeito Municipal de Penaforte, CE;
da Diretoria da Sociedade Padre Cicero, CE;
da Mesa da Câmara Municipal de Buenos Aires, PE;
da Diretoria da Sociedade de Proteção dos Animais "João Ramos" de Recife, PE;
da Mesa da Câmara Municipal de Belo Monte, AL;
da Mesa da Câmara Municipal de Cajueiro, AL;

do Prefeito Municipal de Santana do Mundaú, AL;

do Prefeito Municipal de Araua, SE;

do Prefeito Municipal de Japoatã, SE;

do Prefeito Municipal de Acajutiba, BA;

do Prefeito Municipal de Amargosa, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Campo Belo, BA;

do Prefeito Municipal de Ouricangas, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Piriciba, BA;

do Prefeito Municipal de Pimiteira, BA;

do Prefeito Municipal de Retroândia, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de S. Amaro, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Barra, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Baixa Grande, BA;

do Prefeito Municipal de Boa Nova, BA;

da Diretoria da Sociedade Beneficente dos Artistas de Ibicaraí, BA;

da Mesa da Câmara Municipal de Abadiana, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Cristalina, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Sítio d'Abadia, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Tupiratinos, GO;

da Mesa da Câmara Municipal de Vianópolis, GO;

do Ministro dos Transportes, Rio, GB;

da Mesa da Câmara Municipal de Flórida Paulista, SP;

da Mesa da Câmara Municipal de Pirapozinho, SP;

do Prefeito Municipal de São Paulo, SP;

da Mesa da Câmara Municipal de Taiúva, SP;

do Prefeito Municipal de Barreiros, MG;

da Mesa da Câmara Municipal de Governador Valadares, MG;

da Diretoria da Sociedade de Medicina Veterinária e mJuiz de Fora, MG;

da Mesa da Câmara Municipal de Oliveira Fortes, MG;

da Mesa da Câmara Municipal de Planura, MG;

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLAVIANO GUMARÊS

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nos ofícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

do Prefeito Municipal de Icema, SP;
do Prefeito Municipal de Santa Mercedes, SP;
da Mesa da Câmara Municipal de Amaporá, PR;
da Mesa da Câmara Municipal de Mandaguçu, PR;
da Mesa da Câmara Municipal de S. Antônio de Platina, PR;
da Mesa da Câmara Municipal de S. João do Sul, SC;
da Mesa da Câmara Municipal de S. José do Norte, RS;
da Mesa da Câmara Municipal de São Lourenço do Sul, RS;
da Mesa da Câmara Municipal de Cêrro Largo, RS;
da Diretoria da Liga Espirita Felotense, Pelotas, RS.

Diversos Assuntos

— do Vice-Presidente da República da Bolívia, transmitindo sentimentos de solidariedade pela grande tragédia que enlutou a população do Rio de Janeiro atingida pelas enchentes;

— da Câmara Municipal de Teresina, PI, fazendo apelo no sentido da urgente tramitação do projeto de lei que cria universidades no Estado do Piauí;

— da Câmara Municipal de Escada, PE, e da Câmara Municipal de Itabuna, BA, fazendo apelos no sentido dos vendedores perceberem subsídios;

— da Câmara Municipal do Recife, PE, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador Lourival Fontes;

— da Associação dos Economistas de Brasília, fazendo apelo no sentido do apelo ao anteprojeto elaborado pelo Conselho Superior da Caixa Econômica relativo a direitos e vantagens decorrentes do decreto Lei nº 266-67;

— da Federação Nacional dos Profissionais Liberais congratulando-se com o Congresso pela promulgação da lei nº 5.194 reguladora do salário mínimo profissional de engenheiro;

— da Associação Comercial de Minas Gerais, fazendo apelo no sentido da total manutenção do Código Tributário Nacional em vigor e especialmente a do ICM;

— da Câmara Municipal de Malacacheta, MG, fazendo apelo no sentido de uma prudente reatuação da Carta Magna;

— da Associação dos Advogados de São Paulo solicitando informações sobre o projeto de lei nº 13-66 sobre correção monetária a crédito de objeto de ação judicial;

— do Instituto dos Advogados de São Paulo, manifestando seu inteiro apoio ao Parecer nº 156, de 1967 da Comissão de Constituição e Justiça propondo a rejeição do PLS 3 67;

— da Câmara Municipal de Barreiros, fazendo apelo no sentido da extinção do imposto primeiro de circulação de Mercadorias que onera os produtos agro-pecuários;

— da Câmara Municipal de Campinas, SP, solicitando informações sobre o projeto de lei que institui o Seguro Obrigatório contra acidentes

com passageiros de veículos rodoviários e transportes coletivos;

— da Câmara Municipal do Estância de Amparo, SP, sugerindo a possibilidade dos municípios decretarem leis considerando feriados municipais a data da fundação dos mesmos;

— da Câmara Municipal de Guaratinguetá, SP, fazendo apelo no sentido de ser prorrogado o prazo para inscrição de novos eleitores até 31 de março de 1968;

— da Câmara Municipal de Londrina, PR, fazendo apelo no sentido de ser determinado em lei horário obrigatório a ser concedido pelos canais de televisão para divulgação educacional de programas elaborados pelas reitorias das universidades;

— da Câmara Municipal de Osasco, SP, fazendo apelo no sentido da não extinção da gratuidade do ensino no país;

— da Câmara Municipal de Osasco, SP, fazendo apelo no sentido de serem promovidos estudos para a aquisição da casa própria, aos trabalhadores daquela localidade;

— da Câmara Municipal de Penápolis, SP, fazendo apelo no sentido da revisão de todos os Atos de cassação e punição baixados pelo ex-governo da União;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, SP, congratulando-se com o Congresso pela promulgação da nova Carta Magna;

Da Câmara Municipal de Campos, RJ, fazendo apelo no sentido de impedir durante 4 anos que os ex-vereadores, funcionários públicos, bancários, comerciais, etc. sejam transferidos contra sua vontade para outros municípios ou cidades;

Da Câmara Municipal de Caxias, RJ, solicitando imunidades para os vereadores;

Da Câmara Municipal de Volta Redonda, RJ, fazendo apelo no sentido do rescate da Lei nº 2.007, de 26 de agosto de 1950;

Da Câmara Municipal de Rio Grande, RS, enviando cópia de desmentido de notícias divulgadas com referência a sua atuação como Presidente daquela Câmara;

Da Câmara Municipal de Maringá, PR, manifestando-se contrária ao decreto baixado pelo Executivo proibindo a venda de lotes de terras inferiores a 8 alqueires;

Da Câmara Municipal de Londrina, PR, fazendo apelo no sentido do agricultor merecer ajuda do governo federal;

Da Assembleia Legislativa de Florianópolis, SC, manifestando seu apoio às iniciativas do Congresso Nacional que objetivam revisar no decreto-lei que dispôs de crimes contra a segurança nacional;

Da Câmara Municipal de Itajaí, SC, transmitindo condolências pelo falecimento do Senador Lourival Fontes;

Da Câmara Municipal de Mafra, SC, congratulando com o Congresso pela posse do Sr. Marechal Costa e Silva na Presidência da República;

Da Associação Comercial de Arroio de Meio, RS, manifestando-se con-

trária à participação dos empregados nos lucros das empresas;
Do Prefeito Municipal de Quaraí, RS, manifestando-se contrário à aprovação do Plano Diretor do Desenvolvimento Rodoviário altamente prejudicial ao Rio Grande do Sul.

PARECERES

Parecer nº 311, de 1957

Da Comissão de Economia, ao Ofício nº SCP/1363, de 23-11-66, através do qual o Presidente do Conselho Nacional de Economia apresentou ao Senado Federal a "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil em 1965"

Relator: Senador Júlio Leite

Dando cumprimento ao que dispõe o art. 9º da Lei nº 970, de 16 de dezembro de 1949, o Conselho Nacional de Economia, extinto por força do art. 131 da Constituição do Brasil, apresenta ao Senado Federal a "Exposição Geral Sobre a Situação Econômica do Brasil em 1965", a última confeccionada por aquele órgão colegiado.

2. Trata-se do 15º documento dessa natureza elaborado pelo CNE, nos vinte anos de sua existência, uma vez que a confecção desse relatório foi atribuída ao Conselho, a partir de 1950, pela citada Lei nº 370-49.

3. Integrado por eminentes Economistas que contribuíram com seu saber especializado na apreciação da conjuntura econômica e financeira nacional, ao longo desses quatro lustres de existência, foi o Conselho expandindo suas atividades que, de simples caráter de consultoria dos poderes Executivo e Legislativo, passaram a abranger toda uma série de úteis providências. Entre elas, cumpre destacar, além das Exposições anuais, o Curso de Análise Econômica, em nível de pós-graduação e as excelentes monografias e ciclo de estudos sobre os problemas mais importantes da economia do país.

4. Tendo integrado o seu quadro de Conselheiros, encargo que muito me honrou, posso dar o meu testemunho pessoal sobre o empenho e a seriedade com que seu corpo técnico se dedicava às múltiplas tarefas que lhe eram cometidas gerando um clima de profícuo devotamento à causa nacional. O seu plenário transformou-se, no decurso da existência do Conselho, em uma tribuna livre de debates, onde foram ouvidas as personalidades mais representativas da vida brasileira em quase todas as especialidades.

5. Foi em razão da importância adquirida no desenvolvimento de suas atividades, que, ao findar o seu mandato, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek lá compareceu para defender o seu programa econômico e a política financeira do Governo. Esse verdadeiro "forum" econômico trouxe ao debate, numa atividade sob muitos aspectos pioneira, temas da maior importância para o país, como o da integração regional das economias.

6. Recordo-me que, no compiar dez anos de existência, ocasião em que, por desvanecedora coincidência eu exercia a presidência desse órgão, fizemos editar um resumo de suas atividades, em cuja apresentação já se podia sentir a incompreensão que muitas vezes cercou a existência do Conselho. Com efeito, dizia-se nessa síntese:

Depois de dez anos de existência, nem sempre muito bem compreendida, o Conselho Nacional de Economia oferece aos Poderes Legislativo e Executivo, em particular, e a todos os brasileiros, em geral, um balanço de seus trabalhos.

Por meio de pareceres, sugestões, exposições, pesquisas dos seus órgãos técnicos e de depoimentos de figuras representativas

da vida cultural e administrativa, o Conselho Nacional de Economia procurou nesse primeiro decênio da vida desincumbir-se da responsabilidade que lhe foi outorgada pela Constituição. Principalmente, guardou e isto se impõe ressaltar — sempre uma linha de coerência inconfundível no que se relaciona às advertências sucessivas sobre a necessidade de não se comprometer o desenvolvimento econômico do País com uma condenável displicência no combate à pressão inflacionária.

7. Entre os órgãos que compunham o Conselho, não se pode deixar de fazer referência ao Departamento Econômico, do mais alto nível técnico, ao Arquivo Econômico que dispõe de inestimável acervo e à Biblioteca especializada em Economia, seguramente a maior do país nesse setor. A Revista do Conselho, editada durante quase vinte anos, constituía um dos veículos mais categorizados na divulgação dos fatos da economia nacional e estrangeira.

8. Perante o seu Plenário depuseram eminentes personalidades nacionais e sobretudo autoridades estrangeiras da mais alta qualificação, entre os quais não podemos deixar de citar os Professores Alfred Sauvy, Jay Wiley, Wilhelm Gülich, Maurice Byé e Oswald Sünkell, o Sr. Paul van Zeeiland, o Dr. Bernstein, o Padre Joseph Lebrét, o Dr. Felipe Herrera, o Dr. Emile Roche e o Sr. Jean Royer.

9. Os estudos e pareceres de maior relevância, que ascendem a milhares, incluíam assuntos como o Plano do Carvão Nacional, a industrialização da juta e do babaçu, inquérito sobre metais ferrosos e não-ferrosos; turismo, investimento de capitais estrangeiros no Brasil, criação do Banco Central e da indústria de fertilizantes; política açucareira, locação de imóveis e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, itens que, embora enumerados em caráter meramente indicativo, dão bem uma idéia da amplitude e da importância dos temas versados.

10. Na última fase de sua atuação, foram atribuídas ao CNE as mais relevantes tarefas no campo de sua especialização, cumprindo ressaltar a fixação dos índices de correção monetária instituídos por lei para diversas finalidades e a constante apreciação das medidas de caráter administrativo adotadas pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, às quais não faltaram críticas judiciosas e ponderados aplausos.

11. Ecletico em sua constituição, abrangendo representantes das mais variadas tendências, o plenário e os órgãos técnicos do Conselho puderam contribuir com valiosas sugestões para a melhor estruturação das medidas de caráter econômico e financeiro do país, das quais a Exposição em apreço é um vivo testemunho.

12. Assim é que, destacando os resultados obtidos pelo Governo em 1965, acentua o Conselho na apresentação de seu Relatório

O fato mais significativo em 1965 foi, não apenas a redução do desequilíbrio das contas do Governo Federal e da taxa de inflação (29,4% em 1965, contra 88,2% em 1964) mas igualmente, o prosseguimento, em escala mais acentuada, da nova sistemática na cobertura do aludido "deficit", com recursos provenientes da colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro, substitutiva da emissão de papel-moeda.

Fato auspicioso a assinalar, em 1965, foi também a efetivação da reforma bancária, com a entrada em funcionamento, a partir de abril, do Banco Central da República.

Dentre os objetivos do PAEG o setor externo apresentou, no exercício em exame, comporta-

mento bastante satisfatório, com um saldo positivo na balança comercial de 499 milhões de dólares. As exportações somaram 1595 milhões de dólares e as importações, 1.096 milhões de dólares. O balanço de pagamento da União fechou com um "superavit" de 131 milhões de dólares, verificando-se acumulação de reservas no exercício, de 329 milhões de dólares. Os resultados no balanço de pagamento, em 1965, foram os mais expressivos dos últimos anos.

13. Mas ao lado dessas constatações auspiciosas não faltam à análise do Conselho as advertências que, na espécie, têm inteira procedência, já evidenciada no consenso geral. Neste sentido, diz o documento:

A nova legislação fiscal e as medidas de caráter administrativo que coíbem, drasticamente, a evasão e a sonegação de tributos, e estipulam a correção monetária par adêbitos fiscais, respondem, em boa parcela, pelo acréscimo do volume da receita.

Mas é preciso dizer-se que é bastante pesada, entre nós, a carga tributária, oferecendo riscos de distorções, tanto nas atividades empresariais quanto no consumo da coletividade.

O Governo andaria muito acertado se desse o exemplo, promovendo uma reforma administrativa nos seus serviços, concomitantemente com a melhoria dos respectivos quadros de pessoal. A mecanização e a racionalização dos escritórios do Governo e o desoatamento das repartições, mesmo sem a dispensa de excedentes, traria economia, propiciaria melhores serviços e estimularia toda a economia que muito depende da ação governamental.

Nessa mesma ordem de considerações, não se pode excluir, outrossim, o incentivo às pesquisas em todos os campos da ciência, para cuja tarefa devem ser destinados os mais amplos recursos possíveis. Outra séria lacuna nacional, consoante já tem este Conselho ressaltado, é a carência de informações estatísticas. É certo que o fenômeno é comum aos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, visto que a elaboração estatística requer aparelhagem técnica e humana dispendiosa. Está-se diante de um verdadeiro círculo vicioso: sem progresso econômico não existem boas estatísticas e na falta destas não se pode programar, adequadamente, o desenvolvimento.

14. Além desses problemas de caráter institucional, que foram objeto de constantes pronunciamentos do Conselho, a Exposição referente a 1965 resalta, ainda, relativamente ao exercício, fatos relevantes que merecem a atenção dos poderes públicos, quando assinala:

Considerando os crescimentos setoriais da agricultura (10,7%); da indústria (1,6%) e dos serviços (2,8%) estima-se que a economia brasileira teria evoluído à taxa de 1,7%. O setor agrícola foi o que apresentou melhor resultado, com uma taxa de crescimento de ... 10,7% a.a., contra 1,3% verificada em 1964, embora tenha, para tanto, contribuído, substancialmente, a abundante safra cafeeira, que se destina, na sua quase totalidade, à exportação, dependendo esta, por sua vez, de circunstâncias aleatórias.

O setor industrial sofreu queda, pois, tendo crescido à taxa de 1,6% a.a., equivaler, isto, a cerca de 20% da expansão ocorrida no exercício anterior (5,6% a. a.).

15. Os termos elevados e sóbrios que caracterizam os pronunciamentos do Conselho Nacional de Economia são um indicativo seguro de acerto de suas constatações, quase sempre confirmadas por outros órgãos governamentais dedicados ao problema econômico-financeiro. Referindo-se à produção agrícola, que em 1966, ao contrário de 1965, apresentou resultados negativos, o recente relatório do Conselho Monetário Nacional enviado ao Congresso afirma

A produção agrícola apresentou comportamento insatisfatório em 1966, decorrente principalmente de condições climáticas desfavoráveis vigentes em boa parte do ano, que afetaram principalmente a produção das culturas agrícolas básicas, e, em menor grau, as das matérias-primas. Conforme dados estimados pelo Ministério da Agricultura a produção agrícola apresentou em relação à 1965 (ano excepcionalmente bom para o setor) decréscimo de 20,4% que, excluída a produção cafeeira, de impacto predominantemente extremo se reduz para 15,8%.

16. Há ainda no trabalho do Conselho advertências expressivas, não pelos demais setores interessados do país. Aliás é comum no próprio Congresso não nos determos na apreciação do conjunto de informações que nos são submetidas, relegadas quase sempre a um arquivamento sem comentários. A despeito do volume de utilíssimos dados constantes da Exposição em apreço, não é possível, nos estritos limites deste parecer cotejar cifras e comparar conclusões, o que não impede, entretanto, que sejam trazidas ao conhecimento da Comissão algumas observações relacionadas com o comportamento setorial de nossa economia.

17. Relativamente ao café, por exemplo, o documento do Conselho revela a preocupação que tem caracterizado eloquentes pronunciamentos feitos no Congresso, quando diz que

Observando os resultados alcançados nos anos extremos de 1989 a 1965, vê-se que viemos perdendo, desde 1944, posição de suprimentos de mais de 62% das importações mundiais caindo para menos de 30% do contingente global importado no ano passado (1965). Tomando por base de comparação o ano de 1939, igual a 100, teremos o índice 81 ao final de 1965 representando as exportações brasileiras e o índice 175 as importações mundiais. Em outras palavras, enquanto nossa contribuição para as importações mundiais de café, caiu de 19%, os mercados importadores do produto absorviam 75% a mais em 1965, relativamente ao início do período focalizado, ou melhor, o ano de 1939. Verifica-se, por conseguinte, que, enquanto cada vez mais estamos sendo deslocados por outros produtores de café, na suprimento do mercado mundial, paralelamente, caminhamos para uma superprodução, em ritmo mais acentuado do que no conjunto com nossos concorrentes. Nas três últimas safras, enquanto a produção mundial exportável aumentou de 11,1% a do Brasil teve um incremento de 55,1%.

(O grifo é do original).

18. Como a confirmar a preocupação do CNE, e mais do que isso, a atuação de suas observações, os jornais do dia 5 do corrente publicaram as advertências do Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café aos países produtores, em que essa autoridade assinala a "ação reticente das rigorosas restrições inerentes à limitação das export-

tações e relativamente ao acúmulo de excedentes". E' dessa mesma noticia a informação de "estarem multiplicando-se os indícios de que os membros da organização não aceitarão indefinidamente as referidas medidas", assim como a afirmação de que, "a menos que sejam tomadas medidas corretivas, os estoques continuarão aumentando nos cinco próximos anos

um ritmo médio anual de cerca de dez milhões de sacas".
19. Não se pode deixar de fazer referência, ainda, ao Capítulo referente ao endividamento externo do Brasil em que o Conselho faz um confronto das situações existentes, respectivamente, em 31 de dezembro de 1963 e 30 de setembro de 1965, com a seguinte discriminação

Endividamento Externo do Brasil

Composição do Principal e dos Respectivos Juros (+)

(Em US\$ Milhões de Dólares)

Discriminação	Princí- pal	Juros	Total	% dos juros s/ princip.
Emp. compensatórios	1.246,5	348,8	1.595,3	28,0
Financ. projetos específicos	1.379,9	466,3	1.866,7	35,3
Aquis. acórcio AMFORP	140,4	178,2	318,6	158,9
S/acórcios proteção atrasados de petróleo	64,8	3,2	68,0	4,9
TOTAIS	2.832,6	1.055,7	3.848,6	35,9

Endividamento Externo do Brasil — Em US\$ Milhões

Discriminação	Posição		Variação s/perío- do anterior	
	em 31-12-63	em 30-9-65	Números	%
Empréstimos compensatórios	1.009,8	1.246,5	+236,7	+23,4
Financ. projetos específicos	1.267,0	1.379,9	+112,9	+ 8,9
Outras dívidas	908,9	718,3	-190,6	-21,0
Juros	683,1	1.017,0	+333,9	+48,8
TOTAIS	3.868,8	4.361,7	+492,9	+12,7

Fonte: Banco Central.

Fazendo notar que o montante de juros a serem pagos em decorrência dessas dívidas atinge a mais de um bilhão de dólares, assinala o Conselho:

A nova posição, em 30 de setembro de 1965 aponta um incremento da dívida externa (inclusive juros), da ordem de 492,9 milhões de dólares (mais 12,7%). Excetuando-se a redução de dívidas vencidas a curto prazo registram-se aumentos generalizados nos demais itens. Proporcionalmente, o maior crescimento verifica-se na parcela correspondente ao pagamento de juros (mais 48,8%). (O grifo é do original).

E' ainda ilustrada da isenção do Conselho e apreciação feita a fis. 168, sobre a composição do principal e dos respectivos juros decorrentes do

endividamento externo, expressa no seguinte quadro:

Fonte: Banco Central.

(+) Posição em 30-9-65. Exclui "Massa Flutuante e Pronto ou Vendido." o qual se completa com o seguinte comentário:

A dívida decorrente da aquisição da AMFORP é a que, proporcionalmente, absorverá maior parcela de juros durante o período assinalado.

cento de 126,9% sobre o principal.

20. Não sendo recomendável estender as citações do texto, não se pode deixar de observar que o documento é um valioso repositório de informações, dados e cifras, cujo análise deve ser feita criteriosamente por quantos se interessam pelo andamento das providências adotadas pelo Poder Público. Evidencia-se, de logo, ao

lado de um elevado padrão técnico, uma constante e perceptível preocupação com os fatores positivos de nossa economia e com as medidas inadequadas, as quais o Conselho não poupa reservas. Do conjunto de seu trabalho ressalta, contudo, um evidente patriotismo por todos os títulos elogiável.

21. Tendo a dissolução do Conselho Nacional de Economia sido prescrita pela Constituição votada pelo Congresso, não cabe discutir as elevadas razões que levaram o Poder Legislativo a prescindir desse valioso órgão auxiliar de suas atividades. Mas não se pode deixar de considerar que talvez tivesse sido outra a atitude deste Poder, se as condições para a discussão e votação do projeto constitucional não fossem tão restritivas.

22. Regimentalmente, cabe a esta Comissão a apreciação do relatório apresentado pelo Conselho Nacional de Economia, já extinto desde 15 de março do corrente ano. Em documentos desta natureza, manda a praxe legislativa que o parecer seja meramente enunciativo, o que esperamos ter alcançado, a despeito dos comentários que julgamos oportuno e inadiável tecer. Nada impede, porém, que, ao opinarmos pelo arquivamento do Ofício, e a remessa do original da Exposição à Biblioteca da Casa, consignemos nosso voto de louvor aos Conselheiros, técnicos e funcionários do Conselho, não só pelo valor intrínseco do documento, mas sobretudo pela importante contribuição que o Conselho Nacional de Economia deu ao país durante mais de 20 anos, e de que é prova este fundamentado Relatório.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1967.
— **Carvalho Pinto**, Presidente; **Julio Leite**, Relator; **José Ernúrio**; **Mário Martins**; **Carlos Lindemberg** e **Duarte Filho**.

Pareceres ns. 312 e 313, de 1967

PARECER N° 312, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1967 (número 291-A-66, na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Entendendo ser inaplicável a Lei nº 3.037, de 22 de dezembro de 1956, ao inativo que pode prover os meios de Subsistência, o Tribunal de Contas da União, ao apreciar o processo 13.218-65, negou registro à concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

2. Em sessão de 10 de junho de 1966, o Tribunal concedeu o registro sob reserva, face ao despacho do Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos nº 12, de 28 de março de 1966, do Sr. Ministro da Guerra.

Ao examinar o conseqüente recurso ex-offício constitucional, a Câmara dos Deputados aprovou o registro definitivo, anulando a decisão sob reserva, daquela Corte. Assim, no processo, perante o Tribunal de Contas, opinara o Procurador da União. Do que aprovou a Câmara dos Deputados resultou o presente Projeto de Decreto Legislativo.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1967. — **Milton Campos**, Presidente. — **Bezerra Neto**, Relator. — **Antônio Carlos**. — **Aloysio de Carvalho**. — **Carlos Lindemberg**. — **Petrônio Portela**. — **Antônio Balbino**.

PARECER N° 313, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1967 (nº 231-A-66, na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, para o efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

O Tribunal de Contas da União, em sessão de 19 de maio de 1965, negou registro à concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves, sob o fundamento de que se não aplica ao inativo que pode prover os meios de subsistência o disposto na Lei nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956.

O Senhor Presidente da República, porém, atendendo ao que consta da Exposição de Motivos, datada de 28 de março de 1966, do Ministro da Guerra, houve por bem determinar fôsse o registro feito sob reserva.

Remetido o processo ao Congresso Nacional, na forma e para os fins dos artigos 77, nº III, da Constituição Federal e 56, § 2º, da Lei nº 820, de 1949, a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, acatando as razões contidas na Exposição de Motivos a que já nos reportamos, manifestou-se no sentido do registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves, concluindo por elaborar o competente Projeto de Decreto Legislativo, o qual, submetido ao plenário daquela Casa, foi, sem restrições, aprovado.

Pela constitucionalidade e aprovação da matéria é o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não havendo, como não há, de nós aparte, qualquer dúvida quanto à justeza da providência consubstanciada no presente Projeto, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1967. — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente. — **Fernando Corrêa**, Relator. — **Carvalho Pinto**. — **Oscar Passos**. — **Carlos Lindemberg**. — **Clodomir Millet**. — **Leandro Maciel**. — **José Leite**. — **Celso Ramos**. — **Mem de Sá**.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

I — Do Sr. Senador **Adolpho Franco**

Ao Ministro da Indústria e Comércio — Nº 380.

II — Do Sr. Senador **Raul Giubertti**

Ao Ministro da Agricultura — Nº 378

III — Do Sr. Senador **Mário Martins**
Ao Ministro da Aeronáutica — Número 370.

IV — Do Sr. Senador **Josaphat Marinho**

Ao Ministro da Educação e Cultura — Nº 389.

V — Do Sr. Senador **Vasconcellos Torres**

Ao Ministro da Agricultura — Número 381.

Ao Ministro das Comunicações — Nº 382.

Ao Ministro da Saúde — Nº 383.

Ao Ministro dos Transportes — Números 384, 385, 386, 387 e 388.

SR. PRESIDENTE:
 Moura Andrade) — O Sr. 1º Se-
nador vai proceder à leitura do re-
querimentos que se acham sobre a
a.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO
Nº 391, de 1967**

Senhor Presidente
Informe disposição regimental, so-
a a V. Exª se digne encaminhar,
Poder Executivo, através do Senhor
ministro dos Transportes, pedido de
informações no sentido de saber quais
providências que estão sendo to-
as com o fim de estabelecer es-
sas, pesquisas e trabalhos objeti-
vos o reinício do desenvolvimento
navegabilidade do Rio Doce, prin-
cipalmente agora que se epretende rea-
a navegação fluvial.

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Raul Giuberti.

**REQUERIMENTO
Nº 392, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através da Empresa Brasi-
leira de Turismo — EMBRATUR —
sobre aproveitamento, como estân-
cia hidromineral, do município de
Santo Antonio de Pádua, Estado do
Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através da Empresa Bra-
sileira de Turismo — EMBRATUR —
sobre algum plano visando o apro-
priamento do município de Santo
Antonio de Pádua, Estado do Rio de
Janeiro, como estância hidromineral?
Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 393, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Instituto do Açú-
car e do Alcool, sobre erradicação
de canaviais em Bom Jesus do Ita-
pava, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Instituto do
Açúcar e do Alcool, quais foram as
providências tomadas visando à erra-
dicação dos canaviais em Bom Jesus
do Itapava, Estado do Rio de Ja-
neiro?
Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 394, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Instituto Brasi-
leiro do Café, sobre venda da área
de estância localizada a exposição
agropecuária de Miracema, Estado
do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Instituto Bra-
sileiro do Café, por que motivo não
foi realizada a venda da área onde
está localizada a exposição agropecuá-
ria de Miracema, Estado do Rio de
Janeiro?
Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 395, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério da
Fazenda, sobre deficit d o Tesouro.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério da
Fazenda, o seguinte:

1) Se a receita pública da União
atingiu, no período compreendido en-
tre 1º de janeiro de 1967 e a data
deste requerimento, os níveis previstos
na estimativa orçamentária da arrec-
dação.

I — Caso a arrecadação não se ve-
nha processando de conformidade com
as previsões, esclarecer se ocorreu su-
peravit ou deficit e qual o montante
de um ou de outro.

2) Se o dispositivo da União com a
execução orçamentária, no mesmo pe-
ríodo referido no item 1, vem sendo
feito, em cada mês, em volume infe-
rior, igual, ou superior, ao duodécimo
da despesa total prevista para o exer-
cício.

I — Na hipótese da despesa, consi-
deradas as cifras relativas a cada
mês, ter sido superior ou inferior ao
valor do duodécimo, explicar as ra-
zões da anomalia.

3) Se vem sendo tomadas provi-
dências de ordem prática para o apa-
relhamento do mecanismo da arrec-
dação, de modo a eliminar a sonega-
ção dos impostos e a garantir uma
imediate elevação da receita.

Justificação

Este requerimento de informações,
como todos os outros que tenho en-
caminhado nesta Casa, não visa a
marcar posição de hostilidade ou des-
confiança face ao Governo ou, em
particular, frente a um de seus re-
presentantes.

O que procuro através das inda-
gações formuladas é o conhecimento
objetivo de determinados fatos fun-
damentais, relacionados com a coisa
pública, conhecimento do qual pode-
rei partir, com segurança, para o
exercício da crítica fundamentada e
da ação parlamentar construtiva.

A Lei de Meios sempre foi, no Bra-
sil, um arealidade teórica, desligada
dos fatos. Ao término de cada exer-
cício financeiro, o que se pode veri-
ficar é ter a arrecadação superado a
estimativa da receita e haver a des-
pesa ultrapassado, também, em mu-
lto, as previsões iniciais do Legislador.

Acrescente-se que o Poder Exe-
cutivo sempre gasta como quer os re-
cursos que está autorizado a dispende-
r — e m obediência às diretrizes da po-
lítica econômica-financeira adotada
— solicita e obtém mais recursos na
proporção em que deles precisa e de-
ixa por sua vez de utilizar dotações
outras, neste último caso desumprin-
do facilmente orientação emanada
do Poder Legislativo.

Não crítico — apenas constato. Tu-
do isso compõe um quadro que se
repete, além do Brasil, em diferentes
países, constituindo mesmo um traço
comum ao funcionamento universal
dos Estados.

Vive o Brasil, todavia, situação es-
pecial nos últimos três anos, com pro-
fundas transformações operadas na
sua estrutura jurídico-política-admini-
strativa. Transformações realizadas,
como ninguém ignora, sob a justifi-
cativa respeitável de criar condições
favoráveis à produtividade adminis-
trativa, ao saneamento financeiro e
ao progresso econômico equilibrado.

Em nome dessas metas — aceitas,
obviamente, por todos os brasileiros
patriotas — foram exigidos grandes
sacrifícios ao povo, com a adoção de
uma rígida política de contenção sa-
larial e de medidas outras, de política
econômica-financeira, que oneram o

comércio e a indústria, alheram a
expansão dos negócios e geraram o
desemprego maciço.

Disseram ao contribuinte patriota
que os sacrifícios que lhe foram im-
postos representavam o preço inevi-
tável que deveria pagar para que o
Brasil pudesse safar-se, com rapidez,
do mar de dificuldades em que esta-
va encailhado — e ele, o contribuinte,
em tudo acreditou e tudo suportou.
Acontece que, segundo notícias agra-
mente divulgadas na imprensa — não
contestadas — esta ocorrendo um de-
ficit substancial na execução orça-
mentária, no corrente exercício. E o
fato, se confirmado, constitui seguro
indício de que as finanças públicas
do Brasil não estão recuperadas.

Surpreende-se, assim, com razão, o
sacrifício contribuinte. Para que, a-
final, sacrificou-se? Qual a base técni-
ca desse planejamento ao qual sub-
meteu-se tudo neste país, no período
post-revolucionário, e cuja falência,
agora, a acreditar no que dizem as
fólias, parece estar a evidenciar-se
na linguagem irrefutável dos núme-
ros?

Que o Senhor Ministro da Fazenda
esclareça isso. O povo brasileiro tem
todo o direito de saber se as suas
múltiplas privações nos três últimos
anos foram, ou não foram, úteis à
salvação nacional.

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 396, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério da In-
dústria e Comércio, sobre melhora-
mentos do edifício-sede no Rio de
Janeiro, Estado da Guanabara, a-
pesar da transferência do órgão pre-
vista para Brasília, Distrito Fe-
deral.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério da
Indústria e Comércio, por que razão
estão sendo feitos melhoramentos no
edifício-sede do Ministério no Rio de
Janeiro, stado da Guanabara, apesar
da transferência do órgão prevista
para Brasília, Distrito Federal?

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 397, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério das
Minas e Energia, sobre fornecimen-
to irregular de energia aos muni-
cípios de São Fidélis, Santo Antô-
nio de Pádua, Miracema, Itaperuna e
Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério das
Minas e Energia, quais as providên-
cias tomadas visando solucionar o
fornecimento irregular de energia aos
municípios de São Fidélis, Santo An-
tônio, Miracema, Itaperuna e Itaoca-
ra, Estado do Rio de Janeiro?
Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres

**REQUERIMENTO
Nº 398, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério do
Trabalho e Previdência Social —
INPS — sobre irregularidades no
atendimento médico pelo ambula-
tório do IPASE, em Petrópolis, Es-
tado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder

Executivo, através do Ministério do
Trabalho e Previdência Social —
INPS — se tem conhecimento das
irregularidades que estão ocorrendo
no atendimento médico pelo ambula-
tório do IPASE, em Petrópolis, Es-
tado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 399, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério do
Trabalho e Previdência Social, so-
bre construção de Posto do SAMDU
em Itaituba, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério do
Trabalho e Previdência Social, quais
as providências tomadas visando à
construção de um Posto do SAMDU,
em Itaituba, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 400, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério dos
Transportes — DNER — sobre re-
tórno das empresas que fazem o
percurso Rio-Petrópolis, a rodovia
da Praça Mauá, no Rio de Janeiro,
Estado da Guanabara.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério dos
Transportes — DNER — se existem
planos visando o retórno das empre-
sas que fazem o percurso Rio-Petró-
polis, a rodoviária da Praça Mauá,
no Rio de Janeiro, Estado da Gua-
nabara?

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 401, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério dos
Transportes — DNER — sobre re-
tificação da rodovia Rio-Bahia, no
município de Sapucaia, Estado do
Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério dos
Transportes — DNER — quais as pro-
vidências tomadas visando a retifica-
ção da rodovia Rio-Bahia, em frente
ao prédio pertencente a E.F.C.B.,
no município de Sapucaia, Estado do
Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

**REQUERIMENTO
Nº 402, de 1967**

Solicita informações ao Poder Exe-
cutivo, através do Ministério dos
Transportes — DNOS — sobre obras
de enrocamento dos rios Pomba e
Paraíba, no município de Itaocara,
Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,
Na forma da preceituação regimen-
tal vigente, requero informe o Poder
Executivo, através do Ministério dos
Transportes — DNOS — se foi to-
mada alguma providência relativa às
obras de enrocamento dos rios Pomba
e Paraíba, no município de Itaocara,
Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de
1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 403, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, DNOC - se há planos para ser feita a obra em cursos de Transposição Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente,

Na forma da prescrição regimental vigente, respeito ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes - DNOC - se há planos para ser feita a obra em cursos de Transposição Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. - Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Levo ao conhecimento da Casa que esta Presidência deliberou convocar sessão conjunta das duas Casas do Congresso para amanhã, 18, às 10 horas, destinada à discussão e votação do recurso interposto pelo Sr. Deputado Ernani Sátiro do despacho que determinou o arquivamento, por inconstitucional, do Projeto de Resolução número 1, de 67, que adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição promulgada em 24 de janeiro do corrente ano.

A comunicação na hora já foi feita à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Em expediente lido na sessão de 14 do corrente, o Ministro das Comunicações solicitou dilação, por trinta dias, do prazo para prestar informações solicitadas no Requerimento nº 66-67, sobre a existência de planos para sanar problemas de telecomunicações no Estado do Rio de Janeiro.

Se não houver manifestação em contrário, a Presidência concederá a prorrogação, comunicando ao Sr. Ministro o deferimento do pedido. (Pausa).

Está deferido o pedido e assim será informado ao Sr. Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende, primeiro orador inscrito.

O SR. SENADOR EURICO REZENDE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO OLHADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Raul Gilberti) - Tem a palavra o Sr. Senador Oscar Passos, por cessão do Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Lê o seguinte discurso) - Senhor Presidente, Srs. Senadores, o Acre e o Rio Grande do Sul, embora situados nos extremos opostos da nossa Pátria, estão estreitamente ligados por glórias e por sofrimentos comuns, além do fio pessoal que os une através da figura impositiva de Plácido de Castro, filho do Rio Grande e libertador do Acre.

Ambos, no passado, após lutas sangrentas e ante a incompreensão dos seus irmãos, proclamaram sua independência, com a República de Piratini, em 1835 e o Estado Independente do Acre, em 1902.

Ao longo dos anos as relações comerciais muito estreitas aproximaram ainda mais os dois povos e em 1941, para governar o então Território, era nomeado um outro filho do Rio Grande, que neste momento hu-

midemente ocupa a atenção desta Casa.

Em 1862 foi um gaúcho, João Goulart, que assinou a lei de emancipação do Rio Grande, elevando-o à categoria de Estado.

Durante o governo passado foram o Rio Grande e o Acre os dois Estados que sofreram, na política curuleira, a maior humilhação política nacional, com a cassação de mandatos de alguns dos seus parlamentares estaduais, não por corrupção nem por suborno, mas sim de que caído se usou e abusou, mas por motivo exclusivamente político, para que assim se interferisse na atuação das casas legislativas daqueles Estados e o governo da revolução pudesse tranquilamente impor a nomeação dos seus propostos, para governadores dessas unidades da Federação.

No Acre as bancadas eram compostas de 8 Deputados do MDB e 7 da ARENA. O governo da revolução cassou o mandato de dois deputados nossos e a maioria passou para o outro lado que, assim, pôde exibir a sua "pujança", elegendo o atual governador dor 5 votos!

Coincidência semelhante ocorreu no Rio Grande, para suprema vergonha nossa. Desta forma a revolução implantava no Brasil o que foi chamado de "verdadeira democracia"!!!

Estes fatos constituem o mais flagrantíssimo exemplo de corrupção, de que se tem memória na história política do Brasil, porque equivale a apropriar-se alguém do que pertence a outrem.

Hoje, Sr. Presidente, o Acre e o Rio Grande se irmanam, mais uma vez, no sofrimento comum; sofrimento físico, causado pelo espancamento da sua juventude e sofrimento moral dos que assistem, tristes, inertes e quase sem esperanças, ao desrespeito, que se torna hábito, dos direitos e garantias, que as próprias leis da revolução estabeleceram.

A Constituição atual, oriunda dos escapinhos governamentais, assegura que todos podem reunir-se sem armas; que é livre a manifestação do pensamento; que as autoridades devem respeitar a integridade física dos detentos e que todos são iguais perante a lei.

Letra morta, Sr. Presidente, que só serve para enfeitar as nossas Constituições e dar ao estrangeiro a falsa impressão de que aquelas garantias são efetivas...

Os governos daqueles Estados marítimos entendem, porém, que uns têm o direito de espancar e outros o dever de apanhar e que por esta forma é que se educa o povo e se paralisa o seu pensamento de revolta e desespero.

No Acre, Srs. Senadores, a pancadaria foi o epílogo de uma passeata de ginásios, que pliciteavam redução no preço das passagens nos transportes coletivos. Pretensão justa, perfeitamente admissível, que tem encontrado eco em tantos outros administradores, pelo Brasil afora, no Acre - com tristeza eu o revelo - mereceu uma covarde exibição de força policial.

É o que nos relata o seguinte telegrama, expedido a 10 do corrente e somente ontem recebido:

"Senador Oscar Passos - Brasília - Profundamente consternados levamos conhecimento Vossência lamentáveis acontecimentos ocorridos noite ontem esta Capital v.g. quando polícia local espancou inofensivos estudantes que facilmente transitavam em grupo ruas cidades v.g. em defesa concessão abatemento passagens coletivos servem esta cidade pt Solicitamos levar fato conhecimento demais companheiros bancada federal e autoridades pt Cordiais saudações Deputados Nabor Jnior v.g. Geraldo Farias

v.g. Francisco Teunafurgo v.g. Edison Cadazio v.g. Geraldo Fleming e Raimundo Mello.

Na terça-feira, dia 9 do corrente, uma panela de estudantes secundária, com o objetivo referido no telegrama que acabo de ler, foi dissolvida pela polícia a tiros, pancadaria e contusão. Há um verdadeiro Circo de Circo no espaço e prisão.

Os manifestantes reuniram-se no Ginásio do Estado, que ficava mais próximo do que a capital, mas que havia ser igualmente respeitado, como um templo do saber. Este fato mostra uma perniciosa semelhança com o que ocorreu em Porto Alegre.

A polícia invadiu o estabelecimento, onde se ensina a boa educação e deu um espetáculo de má educação.

O taldo do vandalismo é contristador: 6 ou 8 feridos um deles, um jovem estudante, gravemente, com fratura de 3 costelas.

No dia seguinte, 10 do corrente, nova investida da força bruta teve lugar, já agora contra estudantes dos cursos primários, que, em algazarra, valavam a polícia e se solidarizavam com os colegas espancados na véspera.

O Sr. Pedro Ludovico - Permite V. Exa. um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS - Com muita satisfação.

O Sr. Pedro Ludovico - V. Exa. está falando sobre um assunto que é conhecido do Brasil inteiro. Ainda há poucos dias, um artista de televisão, entrevistado pelo "O Cruzeiro", disse que atualmente o Brasil tinha o tédio da vida, o Brasil era uma caixa de pancadas e que o brasileiro quanto mais apanhava mais aceitava pancadas.

O SR. OSCAR PASSOS - É a triste observação a que temos de chegar, porque também constatamos que o desejo dos homens que nos governam é sufocar o pensamento do brasileiro, fazê-lo calar, impor a paz dos cemitérios.

Eis aí, Srs. Senadores, uma autêntica receita para se educar a juventude; eis aí Srs. Senadores, a mais repugnante demonstração da incapacidade administrativa de um responsável por tais atos de vandalismo.

Não aceito, Sr. Presidente, o argumento de que os estudantes podem estar servindo a massa de manobra de organismos estrangeiros, interessados na nossa intranquilidade e, por esse fato, devem ser espancados. Não aceito tal raciocínio, que seria profundamente injusto, porque demonstraria apenas a incapacidade das autoridades de apertarem os verdadeiros culpados e a covardia dos que sabem e espancam os pequenos porque não souberam ou não quiseram agarrar os grandes.

O dever dos órgãos de segurança do Estado não é o de exibir brutalidade e acabar com a agração, pensando que matam a ideia. Seria a paz dos cemitérios, a que me tenho referido tantas vezes, buscada pelos que são incapazes de solucionar os problemas sociais e humanos, de dar atendimento às justas aspirações dos povos, de propiciar um clima de paz e concórdia entre os homens, de respeito à justiça e aos direitos individuais, enfim, de difundir fraternidade e amor.

Movimentos estudantis houve sempre em todas as épocas. Todos nós tomamos parte neles.

Em muitos casos e em muitos países foram a raiz das grandes e belas transformações porque passou a humanidade, do que hoje podemos orgulhar-nos.

Por que queremos negar aos jovens de hoje o que nós, jovens de ontem tivemos o direito de fazer?

O Sr. Pedro Ludovico - Permite V. Exa. uma parte?

O SR. OSCAR PASSOS - Não.

O Sr. Pedro Ludovico - Mesmo na Espanha, onde há uma ditadura ferrea, os estudantes clamam por liberdade. Os jornais de hoje noticiam o fato de estudantes, perseguidos pela Polícia no interior da universidade quando defendam o direito de falar, de sentir e de pensar.

O SR. OSCAR PASSOS - E o anseio de todos os povos que exigem que só podem viver em liberdade. É o anseio de liberdade de todos aqueles que vivem sob a pressão de hoje, como os que infelizmente passaram sobre o Brasil.

Não podemos comemorar-nos com a ideia de que tudo deve ser resolvido na base da força bruta e que o embate dos ideais deve ceder lugar à submissão passiva ao que os poderosos do momento decidirem. Mais sensato é deixar que essa força criadora gere energias, de que todos necessitamos. O dever e a sabedoria dos governantes através da qual possam orientar, conduzir essa força para os grandes e supremos objetivos da pátria.

O que presenciamos hoje ainda é resquício da mentalidade da força, de prepotência, do esmagamento de vontades, implantada pela revolução de 19 de abril.

Atitudes como as tomadas pelas polícias, do Rio Grande e do Acre não honram as nossas tradições de cavalheirismo, nem os nossos ideais de povo civilizado. Tampouco se adequam às reiteradas declarações do Senhor Presidente da República, de que quer humanizar a vida nacional e redemocratizar o país.

O Sr. Eurico Rezende - V. Exa. licença para um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS - Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende - V. Exa. faz referência à questão estudantil. No passado, surgiu, quando o Marechal Castello Branco não era sequer coronel, a questão dos excedentes que procuravam em termos de desafio em governos sucessivos e só teve solução nos primeiros dias do governo atual.

O SR. OSCAR PASSOS - E todos nós batemos palmas a essa solução.

O Sr. Eurico Rezende - Mas não estou notando palmas no discurso de V. Exa.

O SR. OSCAR PASSOS - Mas não se trata, aqui, de excedentes e sim de evitar que estudantes sejam espancados; que nossos filhos, nossos netos sejam brutalizados apenas porque pleiteiam abatemento nos transportes coletivos. Não se justifica sejam agredidos estudantes do curso primário. Foi o que aconteceu no Acre. É uma barbaridade e não acredito possa V. Exa. sequer pensar em patrociná-lo, em defender este ato.

O Sr. Eurico Rezende - Eu não patrocino, mas conheço perfeitamente, apesar de ser menos idoso do que V. Exa.

O SR. OSCAR PASSOS - Muitos menos.

O Sr. Eurico Rezende - ... a teoria do risco.

O SR. OSCAR PASSOS - Vossa Exa. quer então implantar a teoria do risco no Brasil? V. Exa. deve, isso sim, é profligar o que aconteceu recentemente no Acre, no Rio Grande do Sul e em outras partes do país. É, realmente, de se sentir vergonha.

O Sr. Eurico Rezende - Mas Excelência, o que se deve acabar, neste país, é o reajeito que sempre dá razão aos estudantes.

O SR. OSCAR PASSOS - Vossa Exa. está equivocado. Não podemos apoiar seu ponto de vista. Absolutamente!

O Sr. Eurico Rezende — Vou dar um exemplo bem característico: há poucos dias os estudantes marcaram um almoço com o Ministro Tarso Dutra. Maneira esquisita de convidar o Ministro para almoçar, mandaram dizer que ele comparecesse ao lugar tal, às tantas horas do dia tal, para almoçar com os estudantes, sob pena de ser desafiada uma greve. V. Ex.^a abona isso?

O SR. OSCAR PASSOS — Não. Mas isso é consequência do período em que vivemos, é a educação que o governo está dando à mocidade.

O Sr. Eurico Rezende — O que ocorreu anteriormente a essa grosseria estudantil foi, exatamente, a solução do caso dos excedentes. Não, Excelência. Devemos dar razão aos estudantes ...

O SR. OSCAR PASSOS — Não estou advogando, em absoluto, a maneira pouco delicada de fazer o convite.

O Sr. Eurico Rezende — ... quando eles têm razão.

O SR. OSCAR PASSOS — Acho que os estudantes quase sempre têm razão.

O que está faltando é a maneira de orientá-los, e conduzir esta força geradora para os seus objetivos.

O Sr. Eurico Rezende — Observamos que muitos grupos estudantis estão envenenados. Há um esquema muito bem orientado para perturbar a vida do país.

O SR. OSCAR PASSOS — Tenha paciência! Não por nós, que sofremos as borrachadas.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — O nobre Senador Eurico Rezende quer deviar o assunto que V. Ex.^a se propôs abordar. V. Ex.^a está condenando as violências e ele o quer atrair para outro polb. Perguntamos ao Senador Eurico Rezende. Concorda S. Ex.^a com a brutalidade, com a violência, com a invasão de igrejas, quando a polícia vai até ao altar-mor e a sacristia dêsses templos para espancar estudantes? Concorda V. Ex.^a com isso?

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a está deformando minhas palavras. Absolutamente não "endosso violências, mas é preciso que se dê razão a quem tem. Habitou-se, neste País, a se dar razão a estudante sitematicamente, o que vem sendo, até, um incentivo perigoso.

O SR. OSCAR PASSOS — Mas a maneira de negar razão não é a brutalidade. Há outros meios. Nunca espanquei os meus filhos. E quantas vezes delas divérgil!

O Sr. Josaphat Marinho — Pelo que acaba de expor o nobre Senador Eurico Rezende, S. Ex.^a não aprova as violências. Recebe-as como fato consumado. (Risos)

O Sr. Eurico Rezende — E. V. Ex.^a dá um sorriso malicioso sobre essas violências. Logo, trata-se de uma injúria à classe estudantil. Não se admittam violências com sorriso nos lábios.

O Sr. Josaphat Marinho — Sua Excelência recebe-as como fato consumado. Defendeu há pouco, contraditando V. Ex.^a, a teoria do risco, vale dizer, invocou aquêle conceito de Mussoini — o viver perigosamente.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex.^a Senador Oscar Passos, condena, com muita razão, essas agressões, essas abusos esses absurdos que vêm sendo praticados contra os estudantes em várias partes do Brasil, inclusive no Acre. Ainda mais grave é a reprovação de V. Ex.^a aos atos do Governo revolucionário com relação à cassação

de mandatos de deputados do Acre e do Rio Grande do Sul, atos que envergonham a revolução e diminuem o ex-Presidente Castello Branco.

O SR. OSCAR PASSOS — Tem V. Ex.^a toda razão.

Como dizia, é preciso que S. Ex.^a saia do terreno da teoria e venha comandar a batalha da redemocratização, dando a cada um o que merece, e trabalho.

É preciso que S. Ex.^a, com todo vigor, dê sequência prática às suas palavras, buscando na montanha de leis, que a revolução expeliu, algum dispositivo que sirva para conter os que espancam o povo, desrespeitam as leis e implantam o terror.

É preciso que S. Ex.^a faça aplicar a justiça não apenas aos fracos e indefesos, mas também aos poderosos detentores do poder policial, que quem árbitros dos nossos destinos, quando, em verdade, são intelectualmente incapazes de encontrar o verdadeiro caminho do seu dever funcional. Enganam-se os que pensam que queremos "lançar irmãos contra irmãos, num esforço de fazer voltar a Nação, à desordem e ao caos. Enganam-se, igualmente, os que imaginam que o povo está contente e conformado.

O povo, o eterno sacrificado; o espoliado no direito de escolher os seus governantes; o povo que passa fome, porque não recebe a justa retribuição do seu trabalho, mas que deve pagar todos os aumentos; o povo para cuja defesa não se movimenta a máquina do Estado que, ao contrário, ampara e protege os que exploram a sua miséria; o povo que assistiu caído — vencido pelo terror, mas não convencido — à delapidação do nosso patrimônio, à venda das nossas reservas em ouro, à desnacionalização da nossa indústria, ao contrabando escancarado dos nossos minerais atômicos, ao levantamento aerofotográfico do nosso solo, por potência estrangeira, ao escândalo do dólar, às cassações políticas, ao domínio estrangeiro da nossa imprensa e rádio; o povo, cuja liberdade é um mito e cujo direito de pensar está policiado; o povo, o único que devia ter, realmente, direitos, cuja vontade devia ser soberana e do qual, segundo a Carta Magna, todo poder emana; este povo triste e sofrido ainda tem um lampejo de esperança de poder respirar em liberdade.

Esperança nas promessas de paz e tranquilidade, com que lhe acenou o Senhor Presidente da República; esperança de que o governo atual não seja um simples e monótono prolongamento do implacável governo anterior.

Porque se assim não levaram rapidamente o povo a sentir; se a esta conclusão não o conduzir o atual governo, através de providências objetivas, de fato concretas, que alivie a situação e rompan as brevas, o povo terá o direito de dizer o que já dizem os estudantes: tão bom como tão bom. (Muito bem!) (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa dois requerimentos, que serão lidos pelo Sr. 1.^o Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 404, de 1967

Requeiro, na forma do Regimento, do Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, as seguintes informações:

- a) o serviço de abastecimento de água da cidade de Estância, confiado ao SESP, está paralizado?
- b) no caso afirmativo, qual o motivo e quais as providências tomadas pelo SESP para o seu prosseguimento?

o) quando espera o SESP inaugurar esse serviço, tão ansiosamente esperado pelo povo de Estância?

Brasília, 17.6.67. — Senador Leandro Maciel.

REQUERIMENTO Nº 405, de 1967

Requeremos, nos termos do art. 213 do Regimento Interno, sejam prestadas pelo Poder Executivo, Ministério da Agricultura, as seguintes informações:

- 1) Quais as razões que ditaram a extinção, por liquidação, da Companhia Nacional de Seguro Agrícola;
- 2) Uma vez que a referida Companhia fôra integrada, por lei, como órgão de execução da política agrária do Estatuto da Terra, por que o Governo não observou por mais tempo os resultados da sua experiência;
- 3) Se, em face do que foi apurado pelo liquidante, quanto à receita, não se justifica o restabelecimento da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1967. — Senador Vicente Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

COMPARECER MAIS OS SENIORES SENADORES:

- José Guionard
- Arthur Virgílio
- Clodomir Millet
- Sebastião Archer
- Victorino Freire
- José Cândido
- Paulo Sarasate
- Wilson Gonçalves
- Dinarte Mariz
- Ruy Carneiro
- Teotônio Vilela
- Rui Palmeira
- Arnou de Melo
- José Leite
- Josaphat Marinho
- Carlos Lindenberg
- Eurico Rezende
- Mário Martins
- Gilberto Marinho
- Milton Campos
- Pillinto Müller
- Bezerra Neto
- Ney Braga
- Adolpho Franco
- Meilo Braga
- Celso Ramos
- Antônio Carlos
- Daniel Krieger
- Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente

Pasca-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 56, de 1967 (n.º 12-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.373, de 17 de agosto de 1964, tendo parecer favorável, sob número 304, de 1967, da Comissão: — de Projetos do Executivo.

Sobre a mesa dois requerimentos de adiamento de discussão, que serão lidos pelo Sr. 1.^o Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 406, de 1967

Nos termos do art. 274, letra d, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1967, para a seguinte diligência: — Seja ouvida a Comissão de Segurança Nacional e a Comissão de Saúde, uma vez que o projeto envolve matéria referente a ambas as Comissões, sendo de notar que na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, mereceu parecer contrário.

S.S. em 17 de maio de 1967. — Mário Martins.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que informasse o prazo de que dispomos para ultimar a tramitação da matéria objeto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) — Nosso prazo vai até 12 de junho próximo.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a informação.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O Sr. Secretário procederá à leitura do 2.^o requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 56, de 1967.

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 407, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra l e 274, letra a, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1967 (n.º 12-B-67 na Câmara) a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967 — Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O projeto sai da Ordem do Dia para audiência das Comissões, de acordo com os requerimentos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) —

Item 2:

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 44, de 1967, que revigora a Resolução número 32, de 25 de março de 1965, que suspendeu a execução da alínea "b" do art. 1.^o do Livro II do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, Resolução revogada pela de nº 93 de 14 de outubro de 1966 (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer número 270, de 1967).

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1967

Revigora a Resolução nº 32, de 25 de março de 1965, revogada a Resolução nº 93, de 14 de outubro de 1965. Art. 1º Fica revigorada, em todos os seus termos, e para todos os efeitos a Resolução nº 32, de 25 de março de 1965.

Art. 2º Ficam revogadas a Resolução nº 93, de 14 de março de 1965, e as demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Victorino Freire) —

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria D'Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Volta à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45, DE 1967

Aposenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria D'Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, nos termos dos artigos 100, item I, e 101, item I, letra b, da Constituição de 1967, combinado com o disposto na Resolução nº 16, de 1963, a Taquígrafia de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria D'Aparecida Jordão.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) —

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto de resolução.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja usar a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto de resolução, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. O projeto volta à Comissão Diretora, para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1967

Aposenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com os artigos 100, I, e 101, item I, letra b, da Constituição de 1967, combinado com os artigos 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, o

Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Aloysio Costa de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Sobre a mesa, Requerimento de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da Redação Final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 408, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, que apresenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria da Aparecida Jordão.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Em consequência da aprovação do Requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967.

Em discussão. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER Nº 314, DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, que apresenta a Taquígrafia de Debates, PL-3, Maria da Aparecida Jordão, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 45, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, nos termos dos artigos 100, item I e 101, item I, letra b, da Constituição de 1967, combinado com o disposto na Resolução nº 16, de 1963, a Taquígrafia de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Maria da Aparecida Jordão.

Sala da Comissão Diretora, em 17 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Edmundo Levi — Cattlete Pinheiro — Guido Mondin — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa, Requerimento de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da Redação Final do Projeto de Resolução nº 46, de 1967.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 409, de 1967

Nos termos dos artigos 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 1967, que apresenta o Técnico

de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1967. — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Em consequência da aprovação do Requerimento, passa-se à imediata discussão e votação da Redação final do Projeto de Resolução número 46, de 1967.

Em discussão. (Pausa). Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER Nº 315, DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução número 46, de 1967, que apresenta o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, Aloysio Costa de Oliveira, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 46, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com os artigos 100, item I e 101, item I, letra "b", da Constituição de 1967, combinado com os artigos 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Técnico de Ar Refrigerado, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Aloysio Costa de Oliveira.

Sala da Comissão Diretora, em 17 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Edmundo Levi — Cattlete Pinheiro — Guido Mondin — Raul Giuberti — Victorino Freire.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns meses ocupei esta tribuna para pedir que o nome de Procópio Ferreira fosse inscrito no Livro do Mérito.

Alinhei as razões que justificavam a minha sugestão e todo o Senado participou daquela idéia que visava a premiar uma das figuras de remarcada projeção no cenário cultural do país.

A época de minha fala, Procópio Ferreira estava nas vésperas de comemorar o seu cinqüentenário de atividades teatrais. Houve uma receptividade muito grande no Congresso e na imprensa escrita, falada e televisada. Entretanto, por motivo que escapa à minha alçada, não vi aprovada essa sugestão, em que cooqupei tanto empenho, tanto interesse e tanta sinceridade.

Já agora Procópio Ferreira tem comemorado os seus cinquenta anos de atividades teatrais e o Chanceler da Ordem do Mérito, o eminente Mal. Odílio Denys, quando foi investido nessa função relevante, contou com a presença dos fluminenses, no Palácio Laranjeiras, porque nós todos — nós do Estado do Rio de Janeiro — consideramos o Marechal Odílio Denys um orgulho da nossa terra natal.

A propósito da idéia que agora se renova, venho de receber uma carta do poeta Nobre de Siqueira — paulista de nascimento mas radicado no território fluminense, onde exerce a

função de Diretor de Redação da edição fluminense do Diário de Notícias, contendo um apelo ao Marechal Odílio Denys para que venha a considerar a solicitação anteriormente feita.

Sr. Presidente, esta carta está tão bem escrita, tão bem formulada — constitui um documento intelectual de primeira ordem — que eu a incorporo, neste instante, ao meu discurso, para que conste dos Anais.

Transmitindo, pois, o apelo que Nobrega de Siqueira faz ao Mal. Odílio Denys, espero que aquele grande cabo-de-guerra, investido nos suas altas funções de Chanceler da Ordem do Mérito, considere esse apelo não apenas meu, mas de toda a intelectualidade pátria. (Muito bem).

É A SEGUINTE A CARTA A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VASCONCELOS TORRES NO SEU DISCURSO

Niterói, 1º de maio de 1967.

Meu caro Vasconcelos Torres:

Há um ou dois anos — não posso precisar — você ocupou a tribuna do Senado a fim de formular veemente apelo ao então presidente da República, no sentido de que essa glória do Teatro Nacional, que é Procópio Ferreira, tivesse seu nome inscrito no Livro do Mérito Nacional, num reconhecimento aos seus quase 50 anos de lutas em prol do reerguimento de nossa arte cênica. Nessa oportunidade, teve ocasião de ler, para que constasse dos Anais, artigo que publiquei em diversos jornais, com elogios ao grande artista e um breve histórico sobre seus quase 50 anos de atividades. O artigo alcançou grande receptividade, tendo sido lido, na Câmara, pelo nosso amigo comum, deputado Aniz Baidra, e na Assembléia Legislativa de São Paulo, pela combativa e brilhante deputada Conceição da Costa Neves, minha grande amiga de muitos lustros, desde os tempos em que era a aplaudida Regina Moura de "O Bobo do Rei", "O Vendedor de fusões", "Velha Guarda", "A Última Conquista" e "Deus lhe Pague". Republicaram-no diversos jornais de São Paulo, entre os quais "Tribuna de Santos". Embora o eminente presidente Castelo Branco em diferentes oportunidades, não demonstrasse interesse pelo teatro, comparecendo aos espetáculos e indo cumprimentar, nos camarins, os intérpretes, neste caso, pelo menos que me consta, não demonstrou interesse, muito embora as diversas solicitações que lhe foram dirigidas por senadores, deputados, assembleias legislativas e pela ABI. Acontece, meu caro Vasconcelos, que o "quase meio século de Teatro de Procópio Ferreira" não é mais quase. Agora é meio século mesmo. São Paulo, meu Estado natal há quatrocentos anos, ainda agora, em cena aberta, no Teatro Municipal, vem de prestar consagradora homenagem a esse gênio da arte de representar que saltou do "fogueteiro" de "A Juriti", de Viriato Correia, para o "Tartufo" de Moliere. É Gênio mesmo, meu caro Vasconcelos Torres. É gênio neste país de improvisações e de consagração dos falsos valores, de demagogia e tartufo. Eu gostaria, portanto, tal como fez o atuante deputado Cunha Bueno, na Câmara, voltasse você a focar o assunto, no Senado, dirigindo o apelo ao atual Chanceler da Ordem Nacional do Mérito, o ilustre cabo de guerra e grande fluminense, Marechal Odílio Denys, no sentido de que apressasse a solução do caso, o que seria a "justiça da Pátria na voz da História". Ao ilustre filho de Santo Antônio de Pádua vem o governo Costa e Silva de conferir um alto e merecido título, em solenidade a que você esteve presente. Já é tempo da Nação pagar a dívida que contraiu com Procópio Ferreira, através de 50 anos de uma fecunda e constante atividade artística. Continuando ao seu inteiro dispor, na edição

Fluminense do nosso "Diário de Notícias", ai vai o grande e fraternal abraço de seu eleitor de cabresto. — (a) Nóbrega de Siqueira.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins (Paua).

S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, no ano passado, em virtude de proposição do eminente Senador Oscar Passos, deslocou-se ara a Amazônia, em direção ao Acre, uma Comissão Parlamentar, que teria por objetivo examinar e procurar ajuizar as razões de um movimento eclodido no Vale do Juruá.

A Comissão, presidida por mim, era integrada pelos ilustres Senadores Manoel Villaza e Paulo Barros.

As populações do Vale do Juruá, região do Acre, e do Estado do Amazonas, até o município de Eirunepé, sentindo-se completamente abandonadas, sem meios de transporte para seus produtos, sem poder receber as mercadorias de que necessitam, julgaram que a única solução capaz de contornar aquele abandono seria a constituição do Território Federal do Juruá, desmembrado parte do atual Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas.

Trabalha, ainda, no seu parecer, como relator da Comissão, o ilustre Senador Manoel Villaza.

Mas, Sr. Presidente, há poucos dias, li um telegrama do Acre, em que mais um apelo se atira à consciência do Brasil, alegando-se que os Poderes públicos pretendem ou já conseguiram a paralisação das obras da Estrada Pôrto Velho-Rio Branco, Capital do Estado.

Daquela visita que fizemos de inspeção ao Estado do Acre, ouvindo autoridades e pessoas responsáveis, no Município de Cruzeiro do Sul, na cidade de Tarauacá e na de Feijó, no Rio Envira, concluímos que o que mais angustia as povoações daquela Região é, justamente, o isolamento. Os rios são amplas avenidas, os caminhos que andam, numa expressão antiga e fiel. Mas nem em todas as épocas são eles perfeitamente navegáveis.

O Juruá é um rio caprichoso. Há mais de 5 anos enchia suficientemente para não só renovar a fauna aquática como, também, para na reprodução anual daquele fenômeno do Nilo, adubar as margens e proporcionar colheitas abundantes nas várzeas e nas praias.

Agravando, ainda, essa dificuldade, o isolamento entre os centros produtores afastados, no oeste amazônico, e as duas capitais da planície — Belém e Manaus — provoca o desespero nos que trabalham quer na sede das cidades, como, principalmente, naqueles que vivem no aprisionamento da floresta, na luta do dia a dia pela sobrevivência.

A navegação, em embarcação motorizada, de Manaus a Cruzeiro do Sul, em tempo de inverno, em marcha normal, leva entre 20 e 25 dias. No verão as embarcações lá raras chegam dado o fenômeno que assinala há pouco que immede o tráfego normal e impossibilita o trabalhador escoar o produto do seu trabalho.

Entretanto, olhando-se a geografia do Amazonas, de logo verificamos que os rios, correndo na direção sudoeste para Nordeste, como que indicam aquele meio supletivo para contornar as dificuldades em que tem vivido as populações amazônicas.

A solução para o Juruá, por exemplo, atendendo o Acre na região do Cruzeiro do Sul e Tarauacá, e ao Amazonas em todo o médio Juruá, seria a construção de uma estrada que, partindo de Cruzeiro do Sul, seguiria pelo divisor de águas do Acre

e do Juruá e passando pelas cabeceiras do Jatuarana iria encontrar a margem direita do Solimões, em Benjamim ou São Paulo de Jiveira.

Por outro lado, uma outra estrada bifurcando-se, infletindo das cabeceiras do Jatuarana até o Eirunepé, atenderia a todo o trecho Juruá, a partir da Cachoeira do Urubu, para sudoeste, até os limites com o Estado do Acre.

Assim, Senhor Presidente, as dificuldades que atualmente afligem o trabalhador do Amazonas e do Acre, na região Juruá, estariam diminuídas e o produto do seu labor teria, realmente, valor capaz de dar-lhe condições de sobrevivência.

Creio, Senhor Presidente, que não seria demais apelar para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de vez que a estrada em cogitação interessaria a dois Estados, Amazonas e Acre. E para que tal medida se efetive com a brevidade e a segurança que as condições da Amazônia reclamam, sugeriria que aquele o Departamento firmasse convênio com o ramo competente do Exército, unidades especializadas do Exército, Batalhão Rodoviário, para que as obras se realizassem dentro do mais curto prazo, a fim de que aquela gente, que se considera marginalizada, que se considera completamente abandonada, visse que os poderes da República afinal tomam conhecimento do seu destino.

Senhor Presidente, obra desta natureza não seria difícil na Região Amazônica. A distância que vai da Eirunepé, no Juruá, à margem direita do Solimões, no ponto conveniente, não ultrapassaria, em linha, a duzentos e setenta e cinco quilômetros, enquanto que de Cruzeiro do Sul ao mesmo ponto teremos mais ou menos quatrocentos e cinquenta quilômetros.

Seria uma estrada fácil, em de terras altas que separaram águas que correm para vales diferentes, obras de arte de relativo pequeno porte. De sorte que, uma estrada como essa, será não só de grande valor econômico, mas, sobretudo, social para as populações do Acre e do Amazonas espalhadas pelo Juruá, Tarauacá, Envira e Jurupari.

Assim Senhor Presidente, deixo essa sugestão ao Senhor Ministro dos Transportes para que, compreendendo a situação aflitiva do Acre e do Amazonas no que se refere ao escoamento dos seus produtos nas regiões do Juruá, equacione e dê a solução que o problema reclama.

O Sr. Alvaro Maia — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Alvaro Maia — Estou ouvindo, com a máxima atenção, o que Vossa Excelência diz a respeito da fronteira do Juruá com o Peru. Quero ponderar em defesa das suas considerações, que enquanto nós, por este ou aquele motivo, favorecemos, pelo abandono das populações, a verdadeira construção do deserto verde, os Países limítrofes tomam providências drásticas em relação ao aproveitamento dos seus rios. Sabe Vossa Excelência tão bem quanto eu que o Peru, mesmo além das providências determinadas pela lei, está providenciando uma linha de navegação de Iquitos para o Brasil. Há poucos dias, um avião colombiano, da Cia. Avinga, saiu de Manaus, passando em Leticia, a caminho de Bogotá, sendo portanto, uma linha estrangeira que une esses pontos colombianos às praças brasileiras. Por outro lado, em Leticia, também a Colômbia está finalizando um grande campo de aviação. E recebi uma carta de pessoa de grande responsabilidade, cujo nome não posso citar aqui, e já trouxe do assunto rapidamente num discurso, dizendo que enquanto as nossas populações de Tabatinga e de ou-

tros pontos a que Vossa Excelência se referiu, na região do Javari, enquanto nossas populações estão abandonadas, lá em Leticia o hospital funciona maravilhosamente. E pergunta o missivista: "Não há um hospital na fronteira brasileira?" Existe um, em Benjamim Constant, hospital do SESP, Vossa Excelência sabe, mas não há enfermeiros, não há remédios, não há médicos. De modo que o brasileiro atravessa a fronteira par poder viver. Já descrevi aqui, e quero relembrar, que as nossas crianças também, muitas delas, continuam aprendendo em escolas colombianas e peruanas, desde o hi-no daqueles países até as orações aos seus maiores. Não é só isto. Enquanto, por motivos outros superiores, acabaram definitiva e decisivamente com o trabalho da Petrobrás no vale amazônico brasileiro, do lado de lá, no Peru, prosseguem os trabalhos, as maiores explorações no Javari, no Ganso Azul, de onde vem o petróleo bruto para Manaus. Esta é a situação da fronteira na região que Vossa Excelência, brilhantemente, defende aqui, pedindo e implorando a abertura desses braços rodoviários para sustentar o Brasil. E se olharmos para o sul, para a Bolívia, sabemos também que os guerrilheiros naquela faixa de fronteira, de vez em quando, dão uma olhada simpática para os nossos seringueiros. Pergunto a Vossa Excelência, e Vossa Excelência responderá intimamente, qual a situação dessa população da fronteira do Alto Purus, do perua e até do Madeira, qual a situação de milhares de seringueiros abandonados, sem colocar os seus produtos em Manaus e Belém, com os seus caminhos cortados, com os próprios caminhos ilíquidos interceptados, sem navegação? Ou morrer ou aceitar o oferecimento do estrangeiro, que está do outro lado. Longe de mim está a idéia da conquista desses países, que são amigos, mas de qualquer forma é uma influência perniciosas, se posso dizer assim, na formação das gerações de amanhã. Estou dando este aparte para dizer que estou de acordo com Vossa Excelência nas suas considerações e também porque no Madeira há uma estrada, uma rodovia ligando Humaitá a Pôrto Velho, que ligará o Amazonas ao sistema rodoviário nacional e, mais tarde, ao próprio sistema pan-americano. Esse caminho de duzentos e poucos quilômetros está mais ou menos difícil de ser continuado, como também o outro para Lábrea. Se abandonarmos esse ponto rodoviário, esse percurso, qual será o futuro daquele milhão de habitantes que lá vive? Qual será o futuro daqueles brasileiros, que são verdadeiros soldados, repetimos continuamente, com seus rifles e seu amor ao Brasil? De modo que estou de acordo com Vossa Excelência no seu discurso, na sua defesa. Temos o dever de olhar para aquela região não apenas por questão econômica, mas por questão social e pela defesa do nosso próprio povo. Não quero descrever a barraca do seringueiro, onde pode faltar quase tudo, como sabe Vossa Excelência, porém não falta uma espingarda, um rifle, uma arma para a sua manutenção e para a sua defesa e, vamos dizer, para a defesa do Brasil. E neste momento em que Vossa Excelência está falando, quero render também homenagem ao discurso que pronunciou o Senhor Senador Oscar Passos em relação ao Acre e ao Rio Grande do Sul, quando lembrou o trabalho extraordinário, heróico, de soldados e seringueiros acreanos na manutenção daquelas terras para o Brasil. Seria então um crime que nesta hora, quando se tenta ligar, unir pelo sangue das ferrovias, o Brasil ao sistema pan-americano, que vai para os Andes, ficás-

semos nós de braços cruzados, deixando esse milhão de seres em abandono e ferindo a própria soberania do país nesta ansia de expansão, quando se fala em operação Brasil, e operação amazônica.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, nobre Senador, pela sua brilhante intervenção. Após conceder ao eminente Senador Oscar Passos o aparte, apreciarei as considerações expandidas por V. Exª.

O Sr. Oscar Passos — Para complementar a observação que acaba de fazer o eminente Senador Alvaro Maia, desejo deixar consignado no seu discurso o protesto que nós, do Acre, fazemos ante as autoridades federais pelo abandono a que relegou a construção da estrada que de Pôrto Velho deve atingir Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Lamentavelmente cheguei com grande atraso a este plenário, quando percebi que V. Exª já estava no fim do seu brilhante discurso, mas que tratava exatamente deste assunto. O aparte do eminente Senador Alvaro Maia mais me deu essa convicção. Quero relembrar a V. Exª que a estrada Brasília-Acre parou em Pôrto Velho. Lamentavelmente não penetrou no Acre. Atravessado o Rio Abuná, dali em diante foi aberto um caminho de serviço até Rio Branco, caminho esse por onde penetravam os caminhões que, de São Paulo, demandavam ao Estado do Acre, por intermédio dos quais conseguíamos nos abastecer. Esse caminho não foi mantido. O inverno último fechou o caminho porque o mato cresceu e nós sabemos — nós, que conhecemos a região — como o mato se desenvolve em um ano. Esse simples caminho de serviço, sem conservação nenhuma, tornou-se intransitável. O resultado é que não temos nem mais esse caminho de serviço para conduzir de Abuná a Rio Branco. A Companhia Rodoviária do Exército, que havia sido encarregada dos trabalhos de abertura da estrada até Rio Branco, segundo notícias que tenho, foi designada para o trecho compreendido entre Pôrto Velho a Guajará-Mirim. Ora, entre essas duas cidades, Pôrto Velho e Guajará-Mirim, já existe uma estrada de ferro que vai ser, dentro em breve, desmantelada em atendimento à caolha política do ex-Ministro da Viação. Para substituir essa estrada vai ser construída uma estrada de rodagem, ao invés de se prolongar a ferrovia que deveria atingir Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Este é um protesto que fazemos porque o fato está-nos levando à miséria e nós não temos outra possibilidade de abastecimento. V. Exª sabe que os rios secam, nesta época do ano, e não temos com que nos abastecer.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobres Senadores Oscar Passos e Alvaro Maia, V. Exªs trouxeram-me novos argumentos para desenvolver um pouco mais as modestas considerações que fato em defesa da abandonada e sofrida gente do Oeste Amazônico.

O eminente Senador Alvaro Maia falou sobre o que corre nas fronteiras Brasil-Peru e Brasil-Colômbia. Sou testemunha e vou dar um depoimento sobre algo que me deixou apreensivo e aflito em relação à possível influência do Peru, país amigo mas dominador de certas áreas da Amazônia, sobre as populações do Alto-Juruá.

Em Cruzeiro do Sul, ouvi a todo o instante, de autoridades, do povo, de comerciantes e funcionários, o desejo de que se abra, o quanto antes, uma estrada de Cruzeiro do Sul à região de Pucalpa, por onde o Pru já está fazendo passar uma estrada de fronteira.

Vê-se, portanto, Sr. Presidente, que aquela gente, abandonada, entregue ao seu próprio destino, volta-se para um país estrangeiro, atendendo no seu trabalho, na estrada que se abre, sua salvação: o escoamento dos seus produtos e, conseqüentemente, a valorização do seu trabalho. Entretanto, se o Governo brasileiro, através das repartições especializadas, sobretudo se fizer

um convênio com as unidades do Exército dedicadas a tal atividade, se determinar a abertura de uma estrada ligando o vale do Juruá ao do Solimões, por certo proporcionarão novo alento a aquelas populações, para que continuem trabalhando e sentindo-se sempre brasileiros. Um estrada que para de Cruzeiro do Sul e vá até Benjamin Constant ou São Paulo de Olivença dará crescimento a toda produção do Juruá—Acre e Juruá—Amazonas, complementada por um galho para a praia de Eirunepé e se junte a essa estrada—e no mais ou menos na capacidade do Jaturacá assegurará escoamento a toda a produção da região, dando sentido ao homem no seu labor, na sua faina, garantindo o espírito de brasilidade naquela região. Se essa estrada se prolongar de Cruzeiro do Sul até a cidade de Tarauacá, que, seias, medições que pude obter, dista apenas 220 quilômetros, em linha retilínea, toda a produção do vale de Tarauacá terá também escoamento fácil para as margens do Solimões. Com um pouco mais de avanço, irá a Feijó, do Rio Envira, afluente do Tarauacá e subafluente do Rio Juruá, distante da cidade de Tarauacá apenas 60 quilômetros. Então, toda aquela região será imensamente beneficiada por um sistema de estrada muito simples, que, valorizando o homem, dará a quem valoriza aquelas plagas o desejo de continuar trabalhando e produzindo. Finalmente, toda a produção daquela região atingirá Manaus e Belém. Sobre o eminente Senador Alvaro Maia, neste momento em amazonologia, que de Manaus a Benjamin Constant o tráfego é perene, quer feito pelas pequenas embarcações, os "gaióias" ou pelos navios da Booth Line, que vão até Iquitos. O escoamento será fácil para toda aquela produção, com pequeno dispêndio e sem as dificuldades, sem arrociamento de perigos, como ocorre atualmente quando uma embarcação sobe o Juruá e vai a Cruzeiro do Sul, a Tarauacá ou ao Envira confundindo os mantimentos necessários ao trabalho do homem interiorano.

Como o sistema de navegação é frágil, e o rio é caprichoso, um percurso que seria, em linha reta, entre Manaus e Cruzeiro do Sul no máximo de mil e duzentos quilômetros, mede-se em cerca de três mil quilômetros!

Vem, portanto, os Senhores Senadores quando difícil é o transporte fluvial feito em épocas de verão quando o rio é apenas, e mal, navegável durante o dia. Viagens que poderiam ser feitas normalmente, rio-cheio, em quinze dias, passam a ser feitas em dois e até três meses.

Se fizermos a rutura, a ligação, a união dos vales do Juruá com o do Solimões através de uma simples rovia, teremos dado um grande passo para fixação do homem naquela região, que se desenvolverá ordenadamente.

Na região, riquíssima, o custo de uma estrada como essa seria coberta pelas penal exploração das madeiras—le-lei que existem em abundância nos biplanos compreendidos entre o Juruá e o Solimões.

Além disso, o povoamento seria uma expansão e não continuaria havendo o "estirar-se", como diria Euclides de Cunha. E de tal sorte que, pouco depois, aquele sertão abandonado estaria conquistado e sem que o homem fosse violentado, ou estivesse a todo instante sentindo as ameaças que pesam sobre a Amazônia. E poderíamos ter uma população genuinamente brasileira dominando a vasta região que constitui a Amazônia.

Assim, deixo aqui este apelo aos poderes da República, para que considerem o abandono em que têm vivido as populações do Amazonas e do Acre. Obretudo na região do Juruá, e abram uma estrada que vença essas imensas dificuldades, dando assim um sentido à vida daqueles homens que lutam e desejam para continuar a viver como brasileiros.

O Sr. Manoel Villaga — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Manoel Villaga — No ano passado, atendendo a pedido de Ilustre representante do Acre nesta Casa, interpusse uma emenda parlamentar de iniciativa da qual V. Ex. foi e ainda é Presidente. A questão que deu origem a essa comissão parlamentar de inquérito, foi pensar inicialmente que se tratava de um movimento de secessão. Três municípios do Vale do Juruá pretendiam separar-se do Acre, e por isso pediram, de início, que houvesse um caráter de divisão, de divisionismo em relação ao todo nacional. Visávamos democraticamente o Acre, e intervinham centenas de pessoas de todas as categorias sociais, inclusive políticos de âmbito municipal e de âmbito estadual. Então terminando de elaborar o relatório, o que ainda não fiz, que, em atendimento, se não me engano, a uma sugestão do Senador José Guilmard, consulte a bancada do Acre, tanto desta Casa como na Câmara dos Srs. Deputados, sobre o que achava da questão e, ainda não obtive resposta da solicitação feita por intermédio de V. Ex. como Presidente da Comissão. De qualquer maneira, entretanto, dentro de poucos dias trarei ao conhecimento desta Casa o relatório com o pensamento, posso dizer, da Comissão, porque já conversei com V. Ex. Realmente, eu, que nada conhecia da Região Amazônica, fiquei surpreendido. Imaginava a região abandonada, mas não tanto. Num pequeno depoimento, agora, vou sintetizar duas pequenas histórias. Não sei se V. Ex. se recorda, em Cruzeiro do Sul, quando eu indagava sobre o meio de vida da população, lembrei-me de perguntar quanto valia o couro de onça. Responderam que o homem que pegava uma onça tirava o couro, que vendia por duzentos cruzeiros novos. Observei-lhe que era um bom negócio. Mas a questão é que não há onças, elas desapareceram. Antigamente, ao sair de casa, o seringueiro fazia uma promessa a seu Santo protetor para não encontrar onça. Hoje, que faz a promessa é a onça. Se o seringueiro encontra uma onça ele não sossega enquanto não consegue capturá-la. Outra história, documenta o abandono daquela população. O Prefeito de Itaruaçu apresentou-me com um abacaxi pesando oito quilos e meio. Admiti-me de fruto tão grande, apesar do Nordeste ser um dos maiores produtores de abacaxi. Disse-me o Prefeito: Senador eu já trazer uma macaxeira para mostrar-lhe o tamanho da raiz — eu pesa muitos quilos. Como manifestei dúvida, ele disse-me: Senador, tudo nesta terra é grande, inclusive a tristeza. Isto retrata a situação de abandono em que vivem aqueles patriotas, numa região carente de todos os recursos, sobretudo o educacional, o que é mais grave. Falarei sobre isto no relatório que vou apresentar, ressaltando o fato de que as nossas crianças atravessam a fronteira para se alfabetizar em língua espanhola, porque lá não existem escolas. Aproveitando o fato da existência de um movimento de secessão, que felizmente se esboçava, somente em relação ao Acre, porque o Município julgava-se prejudicado na distribuição de impostos, arrecadados pelo Estado, que não se fazia equitativamente dando preferência, segundo testemunhas, a outros Municípios, apresentei no meu relatório, algumas sugestões, muitas delas já consumadas no plano elaborado pelo Governador Castello Branco. A estrada a que V. Ex. faz referência, considero — e assim vou apontar no meu relatório — da maior importância, inclusive para a unidade nacional, não somente do ponto de vista da integração econômica como também eliminadora, de uma vez por todas, o estado de revolta dos Municípios, que querem se separar do Acre. Assim dou meu apoio ao pronunciamento de V. Ex. e anuncio que dentro de poucos dias entregarei ao Sr. Presidente o relatório da Comissão da qual fui relator.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato ao aparte de V. Ex. e para

concluir, vou citar um fato que V. Ex. como membro dessa Comissão, observou em Itaruaçu. Lá, talvez a região de maior desenvolvimento da pecuária, no Juruá, do animal abatido, é aproveitada apenas, na carne. O couro e o pelo fora, não se aproveita o couro do boi na região de Itaruaçu, por uma razão simples. Damos eles que espichado, seco o couro, ninguém quer comprar e, para exportá-lo selgado, não há possibilidade, dada a distância que há entre Itaruaçu, Manaus e Belém. Levaria mais de um mês, o couro apodreceria e o mau cheiro que exala não permite a uma embarcação o seu transporte. Aquilo que é mais necessário, a valorização do trabalho do homem, desaparece totalmente devido a esse isolamento. O couro do boi que constitui uma riqueza em toda parte, ali não é aproveitado.

Assim, nobre Senador Manoel Villaga, V. Ex. que estudou com tanta acuidade o problema, que se baseou, não só, diante da tristeza que observou naquela região, como ouviu e sentiu o palpitar daqueles corações e daquelas almas, sabe que a estrada a que me refiro irá, realmente, dar nova alma, outro sentido àquela população e, sobretudo, a certeza de que o Brasil quer que aquela gente, que tem vivo até agora tão abandonada, continue a ser brasileira e trabalhe para engrandecer mais e mais a pátria comum, aquela a que todos pertencemos.

Muito obrigado pela atenção e pelos apertes com que me distinguíram. (Muito bem! Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senhor Senador Melo Braga (Pausa).

S. Ex. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana.

S. Ex. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos, por cessão do Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho candidatar à tribuna do Senado, de problema dos mais graves e importantes para Santa Catarina. Creio mesmo que, no âmbito das atribuições do Governo Federal, nenhum outro assunto pode merecer, em relação a Santa Catarina, prioridade em relação a este que ora me preocupa, e tenho absoluta certeza, preocupa tantos quantos cuidam dos interesses do Estado que represento nesta Casa.

Santa Catarina, com 94.000 quilômetros quadrados, tem 2.500.000 habitantes. A sua população é distribuída em 194 cidades e várias centenas de localidades, sedes ou não de distritos.

A maior cidade catarinense não tem população urbana superior a 150.000 habitantes. E as grandes cidades, as cidades de grande expressão econômica — Joinville, Blumenau, Lajes Cristóvão, Tubarão, Chapecó e Joazeiro — não têm população urbana superior a 80.000 habitantes.

E, pois, um Estado de população muito bem distribuída, sendo que na zona rural essa população vive no regime salutar da pequena propriedade. Esse equilíbrio, essa extraordinária razão de proporção se estende também à economia e à sociedade catarinenses. Sendo assim, o problema das comunicações ganha um significado extraordinário para o progresso e o desenvolvimento do meu Estado. Transportes e comunicações constituem um binômio, condição indispensável ao desenvolvimento da terra catarinense.

Em 1928, o Governador do Estado concedeu os serviços telefônicos, para o Estado de Santa Catarina, região do litoral e região da serra, a uma empresa particular fundada e dirigida por um pioneiro no setor, o cidadão uruguaio Cel. Ganzo Fernandez. Para aquela época, o trabalho desenvolvido foi realmente notável e, já em 1930, as principais cidades do litoral catarinense e da serra contavam com serviços telefônicos. De lá para diante,

essa concessão se expandiu, até o momento em que o Extremo Oeste e o Vale do Rio do Peixe se transformaram em duas grandes regiões do Estado de Santa Catarina. Dessa ocasião em diante, aquela empresa particular, que fora, realmente, um fator para o progresso do meu Estado, passou a ser, no setor de comunicações, um entrave. Faltavam-lhe condições econômicas, financeiras e mesmo técnicas para poder estender as linhas telefônicas às regiões do Vale do Rio do Peixe e do Extremo Oeste e, acima de tudo, não tinha ela condições técnicas para realizar os serviços intermunicipais.

É recente a ligação de Florianópolis com o Rio de Janeiro, através da Rádio Nacional, e também recente, pois data de 1953, a ligação telefônica entre as cidades de Joinville e Curitiba.

Ultimamente, o Governo do Estado empreendeu um estudo, se não me engano no período de governo anterior e prosseguido pelo atual, no sentido de encampar aquela empresa particular e fazer com que uma sociedade de economia mista cuidasse do problema das comunicações telefônicas no território do Estado de Santa Catarina, para atender aqueles municípios atualmente servidos pela Cia. Telefônica Catarinense, que é a companhia concessionária dos serviços em grande parte do território e, também, aqueles municípios que são atendidos por serviços telefônicos municipais, localizados na região do Rio do Peixe e do Extremo Oeste.

Esse trabalho se desenvolve em harmonia com as diretrizes do CONTEL e da EMBRATEL, obedecida a orientação do Governo Federal, no particular. Mas todo esse trabalho não terá o significado que nós desejamos que tenha, e não trará os benefícios que Santa Catarina precisa e espera, no setor das comunicações, se não tivermos condições de comunicar-nos com as grandes cidades, os grandes mercados do País.

Para que o Senado tenha uma idéia do problema, basta que eu revele que a maioria das grandes indústrias catarinenses ou mantêm ou pleiteia um sistema de radiotransmissão particular. As estações de rádio, para fins comerciais, constituem um dos mais acalentados objetivos das indústrias catarinenses. Os frigoríficos, as fábricas de tecidos, a grandes indústrias de madeira, para terem condições de competir nos grandes mercados consumidores do Brasil, necessitam — dadas as deficiências do sistema telefônico e do Telégrafo Nacional — de estações de rádio particulares.

Há alguns anos, a obtenção dessas concessões não era difícil. No momento, tais concessões não são apenas difíceis, mas impossíveis. Apenas na região Norte do Brasil, onde se pode operar com a onda tropical, o CONTEL ainda tem condições de conceder canais a firmas particulares. Na região Sul do Brasil, todos os canais estão ocupados, sendo que, através de mecanismos modernos, se pode utilizar um canal ou onda para duas estações. Todavia, mesmo através desse sistema, o que toca a Santa Catarina, não há mais possibilidade de concessão de canais para que as indústrias e empresas catarinenses se comuniquem com os seus representantes nos grandes mercados consumidores do País.

A nossa grande esperança, Sr. Presidente, para a solução do problema, era e ainda é a ligação de Santa Catarina com o São Paulo e de São Paulo com as grandes cidades brasileiras através do sistema de microondas, que a EMBRATEL está implantando em nosso País.

Por esse motivo, logo que foi nomeado o Ministro das Comunicações, tive a honra de procurar S. Ex. e encarecer-lhe a urgência para a solução desse problema. Ouvindo o Engenheiro Carlos Simas, a grata notícia de que a construção do tronco sul da EMBRATEL, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, seria tarefa prioritária de seu Ministério, e que esse tronco sul do Sistema Nacional de Telecomunicações, que liga São Paulo ao Rio

Grande do Sul, iria atender às cidades de Curitiba e Blumenau, e, através de Blumenau, Joinville, Brusque, Itajaí e, especialmente, a Capital do nosso Estado, Florianópolis.

Ao fim da semana passada, na sexta-feira, exatamente, tive a notícia, que não será exagero classificar de desolador, no sentido de que a EMBRATEL retirou do programa de construção do tronco-sul a ligação Curitiba, Blumenau, Florianópolis e Brusque.

A informação é a seguinte, para que os Srs. Senadores tomem conhecimento do assunto:

(Lendo)

"A EMBRATEL realizou concorrência pública para a instalação do tronco-sul do sistema nacional de telecomunicações ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. A previsão original era ligar, além de Curitiba, a cidade de Blumenau e, através de Blumenau, Florianópolis, Brusque e Itajaí, pois que não se compreendia que a ligação desse tronco não se fizesse com Florianópolis, sua Capital.

Entretanto, o Estado de Santa Catarina acha-se ameaçado de não contar com os serviços de alta qualidade proporcionados pelo tronco-sul, em virtude de deliberações complexas a cargo do CONTEL ainda não definidas.

Aparentemente, deseja o CONTEL ligar Santa Catarina por intermédio de linhas físicas do DCT, aproveitando-as para o serviço da melhor maneira. Tal aproveitamento é tecnicamente muito inferior às especificações do resto do tronco-sul onde se vai instalar um dos mais modernos sistemas de microondas todo transistorizado, de elevadíssima confiabilidade, produzido no Japão pela *Nippon Electric Co - NEC*, firma vencedora da aludida concorrência pública. Acreditamos que se tal circuito não for construído agora, o Estado de Santa Catarina levará muito tempo para integrar-se definitivamente ao pleno sistema nacional de telecomunicações. O Tronco-Sul irá também possibilitar a transmissão de televisão, o que será totalmente impossível efetuar com a linha do DCT.

As próprias facilidades de atendimento rápido do assinante, como discagem direta etc., não serão possíveis com a solução em vias de ser tomada.

Urge, pois, uma ação no sentido de defender os reais interesses de Santa Catarina. Bem pode imaginar o Senador a decepção e a surpresa dos representantes catarinenses, face a essa decisão do CONTEL. Nós, Senadores e Deputados, que sentimos o problema quando precisamos comunicarmos com alguma entidade ou alguma personalidade que esteja em nosso Estado, avaliamos, com absoluta precisão, os entraves que enfrenta a economia catarinense face à total ausência de um sistema de telecomunicações.

Há alguns meses, Sr. Presidente, um jovem médico, desses que têm a coragem de, ao terminar seu curso, ir para o interior, que estava clicando, e ainda está clicando, na cidade de Anchieta, no extremo oeste de Santa Catarina, dirigiu-me carta solicitando instruções sobre a possibilidade de conseguir uma bolsa de estudos para se especializar em cirurgia, no Brasil ou no exterior, pois o seu interesse era poder adquirir melhores e maiores conhecimentos para o desempenho de sua alta missão social. Obtive as informações e tive a felicidade de ir além — obtive também a bolsa e dirigilhe um telegrama. A demora de transmissão do telegrama, e do seu recebimento por esse médico, foi de tal ordem que, quando ele recebeu a notícia, já não era mais possível aproveitar da bolsa!

Santa Catarina que tem um parque industrial notável, no setor da alimentação, com grandes frigoríficos localizados em Concórdia, Joaçaba, Ouro, Videira, e Blumenau, que iniciou recentemente a construção de frigoríficos em Itapiranga, São Carlos e acaba de concluir um no Município de Chapecó, indústria de alimentação, que não poder funcionar plenamente precisa acompanhar as oscilações do mercado, pois são produtos perecíveis, cujo transporte tem que ser rápido e eficiente; Santa Catarina que tem indústria têxtil modelar, localizada no norte do Vale do Itajaí, e para concorrer com a indústria de São Paulo, onde está o grande mercado consumidor, e, para abastecer os estados do Nordeste, que se constituem em notável mercado para a indústria catarinense. No momento tenho informações de que onde há menos atraso no pagamento de duplicatas descontadas em bancos é justamente na região do Nordeste. Para que a indústria catarinense possa se desenvolver, há necessidade de um sistema de comunicações eficiente e rápido.

Não podemos contar com linhas físicas, ultrapassadas principalmente num País de grandes distâncias como o Brasil.

Tenho informações de que o Departamento de Correios e Telégrafos não tem condições de manter essas linhas físicas em funcionamento constante. Não tem recursos para manter fiscais e fazer os reparos que se fazem necessários constantemente.

Santa Catarina, que não tem um sistema de comunicações telefônicas ou radiofônicas capaz de suprir as deficiências do Departamento de Correios e Telégrafos, via, como grande esperança, como a solução para esse grave problema, a construção do Tronco-Sul, a ligação através do sistema de microondas transistorizado entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, atendendo Curitiba, Florianópolis e atendendo Florianópolis atenderia o Vale do Itajaí e o Norte, e depois com a entrada, em operação, da Sociedade de Economia Mista, que vai suceder à Empresa Concessionária de seu Serviço Telefônico, atender a todo o Estado, recebe a notícia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que o Tronco-Sul vai ser construído. Ele vai atender a Curitiba e muito justamente, mas vai se fazer uma exceção, vai-se passar por cima de Santa Catarina. As micro-ondas não descerão em Santa Catarina, não servirão ao povo catarinense e o nosso Estado, que já é o pequeno Estado da Região Sul do Brasil, a primeira estrada asfaltada que se fez em Santa Catarina e que a serviu certamente foi construída tendo em vista, não há dúvida alguma, as ligações do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Hoje, pelo progresso, pelo desenvolvimento e pelo esforço do povo catarinense; ela já atende a uma região que se transformou — a Região da Serra, mas aquela outra estrada, a BR-101, continua sendo construída em ritmo lentíssimo.

Não temos em Santa Catarina uma estrada de integração. A Estrada Florianópolis — Lajes Joaçaba — Xanxerê — São Miguel D'Oeste está com seus trabalhos paralisados. O trecho Florianópolis — Lajes, a cargo de um batalhão do Exército, sem verbas para prosseguir. Creio que 12 quilômetros foram construídos. O trecho Lajes — Joaçaba ainda com os serviços de terraplenagem inacabados. O trecho Joaçaba — Xanxerê, com toda a implantação feita, perdendo-se por falta de pavimentação asfáltica. O trecho Xanxerê — São Miguel D'Oeste, iniciado em alguns quilômetros, pois os sete quilômetros em demanda da Cidade de Xanxerê,

também com seus trabalhos paralisados.

A economia catarinense perde-se, pelo Norte, atraída pelo potencial do Estado do Paraná e, pelo Sul, pelos atrativos da economia do Rio Grande do Sul.

Não é pois justo, razoável que o Governo, ao decidir construir o trecho do sistema nacional de telecomunicações, através de microondas transistorizadas, cometa isto que para o progresso de Santa Catarina constitui um crime. Sr. Presidente, é tal a omissão que constitui crime fazer com que Santa Catarina não possa beneficiar-se deste sistema moderno de comunicações e as nossas indústrias podem, através dele, competir legitimamente, com seus notáveis produtos, nos grandes mercados consumidores do nosso País.

E se não fôsse este aspecto econômico, haveria o aspecto social, e eu digo mesmo, para os representantes catarinenses no Congresso Nacional, o aspecto moral, de se deixar sem atendimento um Estado cuja população tem exemplarmente servido ao Brasil em todos os momentos, e principalmente naqueles menos espetaculosos, que têm menos repercussão, que são os trabalhos anônimos e diuturnos na roça, na oficina, no comércio, sempre com o pensamento voltado para o bem do povo brasileiro e para a grandeza da nossa Pátria.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Teotônio Vilela — Ainda ontem eu me referi à situação do nordeste e, especialmente, do meu pequenino Estado de Alagoas, tratando exatamente da ausência do Poder Central na solução dos problemas fundamentais do meu Estado. Hoje ouço dois depoimentos — um do extremo norte, do Senador Edmundo Levi, com aparte do Senador Alvaro Maia, e agora o do pequenino Estado do sul que Vossa Excelência representa nesta Casa. Está provado então, nobre Senador, Federal em torno exclusivamente da micro-economia. A micro-economia, representada pelos pequenos Estados, não existe dentro da Federação. Isso se reflete, já hoje, na opinião pública de todos esses Estados, e com repercussão gravíssima com relação aquilo de que tanto se fala mas não se cuida, que é a segurança nacional. Consideram a segurança nacional caso de polícia, quando ela está exatamente nisso que nós denunciamos, no extremo norte, no nordeste, no centro e no sul: na falta de consideração por essas populações isoladas, estranguladas no seu trabalho que de qualquer maneira, servem à grandeza da Nação. Basta, Sr. Senador, de tanta consideração pela macro-economia. Nós estamos chegando a uma civilização extremamente grande dentro do País e também extremamente miserável. É preciso que o Governo procure um meio de comunicação entre esses extremos, que já estão chocando a opinião pública nacional. O fato de que V. Exa. está tratando, referente a um Estado do sul onde se passa por cima de um serviço de telecomunicações, sem uma explicação racional para esse desprezo, é a prova de que temos de nos unir, dentro do Senado, fazendo do Senado o reflexo da opinião pública do País, e chamar a atenção do Governo para tais problemas de economia nacional, na verdade, grandes.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou grato pelo aparte de V. Exa. Entendo que veio enriquecer o meu discurso pois chama a atenção pa-

ra aspectos de ordem geral, quando eu apenas me fixava no problema de telecomunicação.

me manifestei, corajosamente, a favor daqueles dispositivos do projeto que enriqueciam os poderes da União, fiz consignar do relatório preliminar este ponto de vista para adoção pequena experiência de homem público. Como Deputado e Senador tive e tenho a preocupação de combater os problemas do nosso País, a ponto de, com a Comissão de Orçamento da Câmara, visitar todo o Vale do São Francisco, desde Três Marias até Penedo. Depois, como Senador convidado da Comissão de Orçamento da Câmara, visitei Fortaleza, São Luiz Belém, Macapá e Manaus. Após conhecer a Amazônia, já o disse, aqui no Senado — foi que senti a responsabilidade de ser homem público neste País. Quando visitei a Colômbia, o Equador e o Peru, países amazônicos, mais me convenci de que não era possível negar poderes à União para integrar o Brasil, para fazer aquilo que nos lembrou, a nós da comitiva do Sr. Ministro do Exterior, o Presidente da República do Peru: fazer com que os brasileiros conquistem o Brasil.

Não é possível, não é justo que tendo o Congresso concordado em enriquecer os poderes da União, ao dar ao Governo Federal os recursos e os instrumentos legais, competência e atribuições para, sem comprometer a Federação emprestar um sentido de unidade e de harmonia à solução dos problemas brasileiros, não se faça, realizando, assim, a integração econômica e social do nosso País.

Não é justo que com o instrumento legal, que é a Constituição não se resolva um pequeno problema, diante do vasto panorama dos problemas brasileiros, mas problema vital para o meu Estado.

Veja V. Exa. veja o Senado, a concorrência pública foi aberta para que se construísse o tronco Curitiba-Blumenau-Florianópolis. Se construído o tronco São Paulo-Curitiba-Rio Grande, deixando-se de lado a exceção do contrato do tronco Curitiba-Blumenau-Florianópolis, quando se pensar em construir esse complemento das obras, a despesa será muito maior. O Governo não terá, evidentemente, as mesmas motivações para por mãos à obra como tem agora, ao realizar, realmente uma grande tarefa, a de permitir comunicações rápidas modernas e eficientes entre São Paulo, o grande centro econômico do nosso País, o grande mercado consumidor dos produtos industriais de Santa Catarina, com Curitiba e Rio Grande.

Tive, da visita que fiz ao Sr. Ministro das Comunicações, Engenheiro Carlos Simas, a melhor das impressões. Técnico, resolveu os problemas de comunicação na Bahia — segundo estou informado — de forma notável. Fez a ligação da Cidade de Salvador com as grandes cidades do interior baiano. E já está em execução a construção do tronco norte do sistema nacional de telecomunicações, trabalho — do que me parece — deseja engenheiro Presidente da Companhia de Comunicações da Bahia convocado pelo Governo para ser o primeiro Ministro de comunicações.

Quero concluir este ligeiro discurso com um apelo a S. Exa. Este é problema que, se não for resolvido, primum Estado, dos seus representantes e do seu povo. Sentimos dia a dia as deficiências dos Correios e Telégrafos... Penamos quando precisamos dos serviços de comunicações dos Correios e Telégrafos que, todo o Senado sabe, é deficiente, falho, irregular e, acima de tudo, moroso.

Quero, pois, fazer este apelo, muito veemente e agradecer a solidariedade do nobre Senador Teotônio Vilela, representante de Estado de outra região brasileira, que dá, assim, ao

meu discurso modesto, aqua universalidade tão necessária para que minha solicitação sensibilize o Sr. Ministro das Comunicações e evite que se complete esta injustiça para com o Estado de Santa Catarina. (Muito Bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(*Giulberto Marinho*) — Não há mais proponentes inscritos.

Lembrando aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional foi convocado para sessão conjunta a se realizar,

amanhã às 10 horas, nos termos já anunciados.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente Sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1966, de autoria do Sr. Senador José Feliciano, que revoga o art. 11 da Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949,

que dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, tendo *Pareceres* sob números 260, 261, 262, 263 e 264, de 1967, das Comissões: de *Constituição e Justiça*, favorável; de *Agricultura* — 1º pronunciamento: pela audiência do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil (consultas não respondidas); 2º pronunciamento: favorável; de *Economia*, favorável; de *Finanças*, favorável.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1967, de autoria do Sr. Senador Rul Palmeira, que estabelece normas para a aplicação do que dispõe a alínea a do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo *Pareceres*, sob ns. 255 e 256, de 1967, das Comissões de: *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade; *Educação e Cultura*, pela rejeição.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.*)

MESA

Presidente — Moura Andrade — 3º Secretário — Edmundo Levi —
(ARENA — SP) (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da 4º Secretário — Cattete Pinheiro —
Gama — (MDB — MG) (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- 1º Suplente — Attilio Fontana —
rinho — (ARENA — GB) (ARENA — SC)
2º Suplente — Guido Mondin —
(ARENA — RS)
1º Secretário — Dinarte Mariz — 3º Suplente — Sebastião Archer —
(ARENA — RN) (MDB — MA)
2º Secretário — Victorino Freire — 4º Suplente — Raul Giuberti —
(ARENA — MA) (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES))

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE) Bezerra Neto — (MT)
Antônio Carlos — (SC) Adalberto Senna — (ACRE)
Rui Palmeira — (PB) Lino de Matos — (SP)
Manoel Vilaça — (RN)
Vasconcelos Tôrres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTES

TITULARES
José Feliciano Attilio Fontana
Ney Braga Leandro Maciel
João Cleophas Benedito Valladares
Teotônio Vilela Adolpho Franco
Júlio Leite Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio Aurélio Vianna
Mários Martins Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTES

TITULARES
Milton Campos Vasconcelos Tôrres
Antônio Carlos Daniel Krieger
Aloysio de Carvalho Benedito Valladares
Eurico Rezende Alvaro Maia
Wilson Gonçalves Lobão da Silveira
Petrônio Portela José Feliciano
Carlos Lindenberg Menezes Pimentel
Rui Palmeira Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino Aarão Steinbruch
Bezerra Neto Aurélio Vianna
Josaphat Marinho Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTES

TITULARES
José Feliciano Benedito Valladares
Lobão da Silveira Adolpho Franco
Petrônio Portela Arnon de Melo
Eurico Rezende José Leite
Attilio Fontana Mello Braga

MDB

João Abrahão Adalberto Sena
Aurélio Vianna Lino de Mattos
Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

SUPLENTES

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

José Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTES

Benedito Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Vilaça
Clodomir Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

SUPLENTES

Antônio Carlos
José Guomard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Attilio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Celso Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleophas

SUPLENTES

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Petronio Portela	José Guimard
Domicio Gondim	José Leite
Alvaro Maia	Loaço da Silveira
Jose Cândido	Manoel Villaga
Mello Braga	Celso Ramos
Júlio Leite	Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch	Bezerra Netto
Rui Carneiro	Mário Martins
Arthur Virgilio	Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Domicio Gondim	José Feliciano
Jose Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guimard
Paulo Torres	Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg	Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho	Aarão Steinbruch
José Ermirio	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Rui Palmeira	Menezes Pimentel
Manoel Villaga	José Leite
Clodomir Millet	Domicio Gondim
Júlio Leite	Leandro Maciel
Duarte Filho	Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro	Pessoa de Queiroz
Aurélio Vianna	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Torres	Daniel Krieger
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindenberg	Rui Palmeira
Mem de Sá	Petronio Portela
Eurico Rezende	Clodomir Millet

M D B

José Ermirio	Antônio Balbino
Lino de Mattos	Aurélio Vianna
Josaphat Marinho	Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Teotônio Villela	Felinto Muller
Antônio Carlos	Mem de Sá
José Feliciano	José Leite
Loaço da Silveira	José Guimard
	Bezerra Netto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Benedicto Valladares	Alvaro Maia
Felinto Muller	Fernando Corrêa
Aloysio de Carvalho	Celso Ramos
Antônio Carlos	Wilson Gonçalves
José Cândido	José Guimard
Arnon de Melo	José Leite
Mem de Sá	Clodomir Millet
Rui Palmeira	Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz	Pedro Ludovico
Aarão Steinbruch	Aurélio Vianna
Mário Martins	Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Sigefredo Pacheco	Júlio Leite
Duarte Filho	Clodomir Millet
Fernando Corrêa	Ney Braga
Manoel Villaga	José Cândido

M D B

Pedro Ludovico	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres
Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Torres	Atílio Fontana
José Guimard	Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco	Manoel Villaga
Ney Braga	Mello Braga
José Cândido	Júlio Leite

M D B

Oscar Passos	Adalberto Sena
Mário Martins	Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

COMPOSIÇÃO

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello

A R E N A

TITULARES

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

Arthur Virgílio
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guimard
Petronio Portela
Domicio Gondim
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

A R E N A

TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Mata

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Eggedro Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.